

A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais¹

José dos Reis Santos Filho

Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (1999)
Professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp
Membro do Núcleo de Estudos sobre Situações de Violência e Políticas Alternativas – Nueva
Endereço profissional: Rodovia Araraquara-Jaú, km 1, Campus universitário, CEP: 14.800-901 – Araraquara, São Paulo, Brasil. Caixa Postal: 174. Telefone: (16) 3301-6219. Fax: (16) 3301-6267.
Endereço eletrônico: reis@fclar.unesp.br

Resumo

A hipótese aqui trabalhada supõe que a instituição da Amazônia é um empreendimento que obedece à sua compreensão como *vazia, rica e vulnerável*. Trata-se de um núcleo matricial imaginário que informa os olhares que definirão práticas e políticas privadas e públicas. No rigor, é um registro cognitivo que alimenta o desconhecimento e a desqualificação de elementos que são próprios e constitutivos de sua realidade. A desconstrução do universo simbólico imaginário em que se insere a Amazônia é, portanto, condição um confronto com sua realidade.

Palabras-chave: Amazônia; representação imaginária; região; espaço; governos militares.

Resumen

La institución imaginaria da Amazonia brasileña. Registros cognitivos y prácticas sociales

La hipótesis aquí trabajadas sostiene que la institución de la Amazonia es un emprendimiento que sigue a su comprensión como *vacía, rica y vulnerable*. Es, en verdad, una matriz imaginaria que informa el mirada de aquellos que fijan prácticas y políticas privadas y públicas. Es uno registro cognitivo que mantiene el desconocimiento y la descalificación de elementos que son propios y constitutivos de su realidad. La critica al universo simbolico imaginario en el cual se insere la Amazonia es tarea indispensable para una confrontación con su realidad.

Palabras clave: Amazonia; representación imaginaria; región; espacio; gobiernos militares.

Abstract

The imaginary Amazon institutionalized: cognitive register and social practice

The hypothesis presented here is that the Amazon has become an institution that obeys an imagery portraying the region as *empty, rich and vulnerable*. The article examines what the

¹Em fases diferentes, trabalho parcialmente financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq e pela Fundação Ford. Elaborado originalmente como capítulo de Tese de Doutorado defendida em maio de 1999, no Departamento de Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Agradeço ao amigo e então orientador, Prof. Titular Ariovaldo Umbelino de Oliveira o estímulo e a interlocução enriquecedora mantida durante sua elaboração. Reconhecimento deve ser atribuído também às observações feitas pelo colega Livre Docente Enrique Amayo Zevallos pelas observações feitas e que redundaram em algumas modificações para efeito de publicação. Ainda que não alterem o conteúdo original, contribuíram para uma melhor apresentação da bibliografia. Da mesma forma, foi indispensável a paciência de Tatiana Machado Silva na releitura do texto. No mais, como já havia feito antes, o esforço de pesquisa foi dedicado a Carlos Lorena que continua a inspirar lutas. Foi dedicado também a Ariadne, que alenta, há treze anos, nossos esforços na compreensão do mundo em que vivemos.

authors see as an imaginary matrix that informs those private and public authorities who are responsible for the predominant practices and policies used in the region. It describes a cognitive register of expected images that feeds general ignorance about the region and dismisses the factors that truly play a part in the Amazon. Examples of such asymmetrical imaginaries/realities include the representation of Indigenous groups and the region's extraordinary biodiversity. A critical approach to knowing the real Amazon requires the deconstruction of this mystifying imaginary and symbolism.

Keywords: Amazon; imaginary representation; region; space; military regime.

A primeira frase de um texto, já disseram não poucos escritores, é sempre um grande problema. Se essa máxima se aplica na maior parte das vezes, não é verdadeira quando se trata da Amazônia. Eis uma parte do planeta sobre a qual poder-se-ia começar fazendo asseverações tão significativas como a de Oliveira, quando afirma que a história da região é, neste século XX, “uma história de rapina, violência, conflitos e luta” (OLIVEIRA, 1991, p. 10). Ou a de Hall, ao mostrar que, desde o final da década de oitenta, aguçase a “percepção das conseqüências social e ambientalmente danosas das iniciativas de desenvolvimento regional executadas com mediocridade” (HALL, 1991, p. 9). Em outras palavras, trata-se de um objeto sobre o qual, desde o ponto de vista das ciências sociais, já existem contribuições de importância para o seu conhecimento. E, apesar disso, no muito que já foi escrito, há lugar ainda para perguntas em torno de sua caracterização. Pelo menos é o que podemos inferir do que foi acumulado pelo senso comum em torno da região. Aqui, ela é afirmada por um conjunto de traços que a tornam “diferente”, “única”. Sua singularidade remeteria a “características próprias, marcantes”. Elas a distinguiriam “de qualquer outra das grandes regiões geográficas do Brasil” (ANDRADE, 1973, p. 47). Trata-se de uma distinção que não despertaria inquietudes se não provocasse a confluência de imagens cujos significados não são de desvelamento imediato. Na verdade, isso deve ser assumido desde já: o ponto de partida nossa investigação consiste em levar a sério a perplexidade provocada pelas definições através das quais a Amazônia é classificada².

Não há originalidade em acreditar que a nomeação sinaliza, caracteriza, atribuindo identidade à realidade. Tampouco é novo dizer que a região é percebida através de representações que se opõem, às vezes, de maneira caricatural. Quem não leu ou ouviu denominações como “paraíso” e “inferno” – sempre verdes, é claro, a ela atribuídas?³ Se ainda há, portanto, esforços de pesquisa a serem empreendidos, um deles parece ser o que procure desnaturalizar o estoque de classificações existente sobre isso que chamamos Amazônia⁴.

Em suma, tudo indica ser relevante investigar o significado da presença dessas

² É verdade que existem enormes diferenças na bibliografia que produz essas definições. Da mesma forma, é provável que, progressivamente, tenha aumentado a preocupação, por exemplo, com o fato da destruição de “um dos maiores recursos naturais da terra”. E, apesar dessas modificações no tratamento da região, convém mostrar que elas não influenciaram decisivamente na instituição da Amazônia até a data que nos interessa mais de perto, ou seja, 1985.

³ A própria bibliografia já se encarregou de dizer que os autores “não escondem seu espanto” frente à região. São caracterizações que muitas vezes não expressam senão estados afetivos. Assim, para quem viu o Amazonas dos “transatlânticos ou das gaiolas”, “não há nada de mais insípido, mais desagradável, mais secante”. Ao mesmo tempo, há um outro Amazonas, “feiticeiro, empolgante, misterioso surpreendente”. Ele fica “por trás dessa infinita muralha verde”. Ainda sobre o mesmo rio e a mesma paisagem, diz o autor: “Esse é o Amazonas de incomparável beleza e de perene abundância, fascinante e hospitaleiro, como o último lugar na terra onde a vida oferece ainda, em proporções paradisíacas, o esplendor dos dias suaves, o imprevisto das paisagens deslumbrantes e a paz religiosa das águas e das florestas”. (PINHEIRO, 1937, pp. 18-19) A imaginação, aliás, parece ser estimulada em níveis surpreendentes pela paisagem. Kelly e London, por exemplo, são autores que colocam como bandeira a sobriedade na descrição do “quadro do que está acontecendo”. E, no entanto, em um lugar próximo à cidade de Carajás, não teriam estranhado se “um pterodáctilo ou outro animal pré-histórico surgisse de repente”. (KELLY e LONDON, 1983, p. 30)

⁴ E esperar que esse esforço contribua, inclusive, para o entendimento, em outra perspectiva, de caracterizações como aquelas recém mencionadas, de Oliveira e Hall.

imagens na medida em que, aplicadas à “natureza das coisas”, podem explicá-las. Como entender, no caso específico da Amazônia, o que diz essa relação entre imagem e objeto representado? De outra forma, situando teoricamente a questão e colocando-a ao alcance da Geografia: é possível a definição de um espaço concreto, fora de determinações imaginárias?⁵ E, mais que isso – já na esfera da localização das reverberações provocadas por essas determinações no âmbito das ações – qual a natureza de seus efeitos, logo que percebidas enquanto elementos presentes na instituição da região?

Não foram poucos os autores que, apesar de não estarem especificamente preocupados com essas questões, incluíram em seus estudos a presença de alguns elementos que precisam ser levados a sério se se deseja localizar as bases matriciais para as percepções sobre a região. Ianni foi um deles. Nas ciências sociais, em tempos recentes, foi quem falou do vazio, da segurança e do desenvolvimento como elementos motrizes de políticas regionais da Amazônia. É verdade que, nos termos em que discorre sobre a questão, seu enfoque não apenas não percebe a importância lapidar desses elementos nos processos de compreensão da Amazônia – no nível das caracterizações do conhecimento cotidiano tanto quanto no nível das explicações com intencionalidade científica – como refere-se apenas aos governos militares. Ainda assim, suas constatações sobre as medidas de colonização para o período do I Plano Quinquenal de Desenvolvimento registram que a idéia de colonizar “estava mais relacionada com a doutrina da *defesa nacional* que via na Amazônia uma região de *vazio demográfico*, fazendo fronteira com vários países da América do Sul. Era o caso, conclui o autor, “de adotar medidas destinadas a criar condições reais de defesa da região e, ao mesmo tempo, é claro, propiciar as condições para o *desenvolvimento* do capitalismo na Amazônia”⁶ (IANNI, 1979, p. 35).

É provável que os anos que se seguiram a 1964, por terem dilatado influências de ideologias que acentuam a importância estratégica do controle espacial, tenham dado maior visibilidade às motivações que definem uma determinada intervenção estatal. Desde a colonização, no entanto, parece não importar o ponto a partir do qual a Amazônia é olhada, é sempre sugerido que ela se acomoda em um lugar definido como seu, só seu. São olhares, portanto, que insinuam uma direção e procedem a uma submissão. A matriz sugerida neste trabalho cumpre com esse papel, conferindo uma certa ordem aos olhares.

É possível descobrir os sinais dessa matriz em um grande número de textos. Na maneira como já foi dito em outro lugar, desde o momento em que foi incorporada à expansão mercantilista européia, a região norte tornou-se objeto de iniciativas cujos sentidos partem de uma compreensão que já a percebe como espaço a ser construído em nome de sua suposta “riqueza”, por ser “vazia”, por “precisar ser preservada do inimigo” (SANTOS FILHO, 1992, p. 67). *Essa tríade matricial de percepções e atitudes – rica/vazia/vulnerável – é a presença implícita ou explícita nos olhares que descrevem e explicam a existência da Amazônia.* O que é mais relevante, no entanto, é que, como será visto, há também um uso de legitimação dessa tríade. Não bastassem outros motivos, esse, por si só já imporia a necessidade de reconhecer nessa tríade matricial algo que traz consigo um postulado de valor que conquistou um lugar de verdade em si.

Trabalhando com a preocupação de apreensão de registros empíricos, convém deixar claro que a formulação aqui apresentada da tríade matricial consegue dar conta de um sem número de expressões diferenciadas. Em última análise, porque ela parece ser o *registro cognitivo que dá forma e sedimenta o conjunto de imagens que expressam idéias através das quais a região é representada e identificada.* Grosso modo, é *rica* em recursos como terras, minerais, vegetais. É *vazia* desde o ponto de vista demográfico, mas também de capital, de meios de transporte, de veículos de comunicação de massa, de cérebros, enfim, de cultura. É *vulnerável* já que, sem defesas, está sempre à mercê de inimigos

⁵ Já é hora de dizer que, neste livro, ainda que o referencial teórico básico sobre o assunto seja Castoriadis (1982, 1987), sempre que a expressão “imaginário” estiver sendo utilizada, trabalha-se com uma idéia que conjuga simplicidade e riqueza, qual seja, a do imaginário como “articulação de imagens”. (LIMA, 1984, p. 61)

⁶ Os itálicos não estão na obra citada.

internos e externos⁷.

Observe-se, à guisa de ilustração, com origem na década de 50, uma passagem escrita por um geógrafo, por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia:

O povoamento da Amazônia Brasileira começou na realidade somente dois e meio séculos após o descobrimento do Brasil, muito embora desde os princípios do século XVII os portugueses já fizessem sentir a sua presença nas terras do extremo norte da sua novel colônia (Belém foi fundada em 1616). Tal presença, manifestada pela construção de fortalezas e casas-fortes (fortins), tinha, antes de mais nada, caráter eminentemente político de ocupação do território, de defesa e garantia da posse daquelas terras longínquas contra a cobiça do estrangeiro (franceses, holandeses e ingleses), que nelas freqüentemente incurcionavam pilhando matérias-primas florestais - as valiosas especiarias – e nelas já se tinham estabelecido, como atestava a existência de vários núcleos de ocupação mercantil e pequenos estabelecimentos militares por eles levantados em diversos pontos do vale, tanto no litoral quanto no interior, às margens do Amazonas e dos baixos cursos de alguns de seus tributários. (SOARES, 1963, p. 111)⁸

Difícilmente poder-se-ia encontrar outro texto que expresse de maneira tão sintética e completa a matriz em questão. Seria um empreendimento propriamente histórico a verificação empírica do que está sendo dito. Grosso modo, realizado o investimento, conforme o senso comum geográfico – e mesmo histórico ou sociológico, é pouco provável que algo pudesse ser dito contra tal descrição. Amazônia seria, então, o nome que designaria a região cujos traços se adequam de forma mais ou menos rigorosa àquela matriz. A isso corresponderia nomeá-la. Esse é o pressuposto da ação. Um pressuposto que, considerado o que já foi dito, não pode ser bagatelizado em sua importância. À margem de qualquer outra observação, salta aos olhos do leitor, na passagem recém mencionada, o mecanismo de ocultamento, por exemplo, da presença indígena na utilização da expressão povoamento⁹.

O que a pena do geógrafo não está mostrando, naquelas constatações - e isso é, também, uma constatação empírica, é o fato de um certo tipo de despovoamento. Se é reivindicado das categorias teóricas uma adequação à realidade histórica, como bradava Marx, algo pode ser apontado como inquietante. Mas, considerado o ponto de partida aqui adotado, o que importa sugerir é a existência de uma questão cuja natureza é histórico-política, como queria Foucault (1985, p. 15), certamente, mas cujas implicações no terreno dos registros cognitivos não podem ser desprezadas.

Desde seus primeiros tempos, é, portanto, visível, que a instituição da Amazônia gira em torno dos efeitos da tríade matricial recém identificada e cujos elementos funcionam como atributos seus. Uma primeira leitura retrospectiva, por rápida que seja, tomado o Estado e seus aparelhos como pólo de produção de um poder-saber-fazer, mostra que essa tríade ali está, informando claramente a representação que reproduz e manipula a região. Enfocado dessa forma, é redundante afirmar que a sobrevalorização da idéia de “repressão” pura e simples das vozes dos índios é de pouca serventia aqui. É irrelevante tentar medir o que é pior, mais trágico.

⁷ Como se vê a seguir são percepções tecnicamente fundadas e veiculadas. Falar-se-á, assim, por exemplo, de “baixa densidade populacional” (ANDRADE, 1973, p. 47; IANNI, 1979, p. 35). Ademais, o que é importante reter é o fato de essa tríade matricial poder expressar e catalisar significados associados a palavras que veiculam percepções sobre a região, independente das circunstâncias e, principalmente, de suas origens.

⁸ É uma passagem que “faz parte de uma série de nove guias, especialmente preparados para as excursões científicas efetuadas em 1956, como parte integrante do XVIII Congresso internacional de Geografia”.

⁹ Não se trata, aqui, de um julgamento de valor sobre o autor. Entre outras coisas, porque no correr da obra a situação dos povos indígenas é analisada de forma suficientemente rigorosa. O que se tenta desenhar aqui é o uso de uma categoria da Geografia.

A - Tempo primeiro

Assim, do ponto de vista desse discurso, o “povoamento” da Amazônia brasileira, teria começado dois e meio séculos depois do descobrimento do Brasil, muito embora desde princípios do século XVII os portugueses já fizessem sentir a sua presença nas terras do extremo norte. E, apesar disso, de fato, no final do século XV a Amazônia já havia sido “descoberta” pelos europeus. Desde o século XVI, com certeza, a região tornou-se alvo de ações governamentais, da Igreja, da iniciativa privada de navegadores e comerciantes portugueses e espanhóis. Os empreendimentos buscavam extensões territoriais, almas e riquezas. Eram iniciativas que não respeitavam os pactos existentes sobre a repartição do mundo entre as coroas.

Sabe-se que a chegada dos europeus às terras do novo mundo possuía objetivos mercantis bastante explícitos. Como afirma Furtado, “a ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa” (FURTADO, 1980, p. 5). Não obstante, começavam a ser estabelecidas relações que não podem ser reduzidas simplesmente à dimensão econômica. Com os navios, uma cultura era trazida. Trata-se de uma presença que já foi significativamente anotada por Sérgio Buarque em cores bastante acentuadas:

a tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. (HOLANDA, 1984, p. 3)

As conseqüências parecem ser percebidas na exata medida em que, dirá o autor,

a experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida. (HOLANDA, 1984, p. 11)

Sob diversos ângulos, uma observação instigante. Deixa de dizer, por um lapso, que, ao colonizar, o colonizador normalmente busca se reproduzir. No caso brasileiro, o ajuste passou pela morte, escravidão ou assimilação forçada daqueles que, no mundo recém descoberto, possuíam, no rigor da palavra, uma cultura. Se, “nem o contato e a mistura com raças indígenas ou adventícias fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar como às vezes gostaríamos de sê-lo”, isso talvez se deva mais à crença de que os “pagãos”, por definição, não são civilizados e, por extensão, não possuem traços culturais capazes sequer de merecerem esse nome. A conclusão não pode ser outra, essa, sim, óbvia: “de lá (da Península Ibérica) nos veio a forma atual de nossa cultura” (HOLANDA, 1984, p. 13).

Que essa conclusão seja admitida naquilo em que ela ajuda na formulação do problema aqui enfrentado. Ela é uma aproximação, na medida em que parece apresentar traços de continuidade entre aquele período e o passado mais recente. Mas, acreditando que tais observações possam ter algum outro sentido, o que ainda permanece como tarefa é avançar na caracterização de cultura¹⁰. Isso porque, entre outros motivos mais específicos, lida-se aqui com uma expressão disputada pelas ciências do social e, em especial, pela antropologia. Sabe-se também que essa disputa deu origem a definições muitas vezes excludentes¹¹. Mas é urgente reconhecer, antes de mais nada, que as questões que

¹⁰ Uma caracterização, diga-se de passagem, que busca reafirmar, em outro nível, o que já foi dito sobre a percepção, a nomeação, a classificação e a interpretação.

¹¹ Citadas por Geertz: 1 – “o modo de vida global de um povo”; 2 – “o legado social que o indivíduo adquire do seu grupo”; 3 – “uma forma de pensar, sentir e acreditar”; 4 – “uma abstração do comportamento”; 5 – “uma teoria elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comporta realmente”; 6 – “um celeiro de aprendizagem em comum”; 7 – “um conjunto de orientações padronizadas para os problemas

informam a análise já montam o quadro no qual a compreensão precisa surgir. Assim, de forma coerente, com Clifford Geertz, entende-se aqui que cultura é “teias de significados”. E aceita-se – em conseqüência, que, nos jogos da imaginação e, mesmo, na percepção, “a maior parte do que precisamos para compreender um acontecimento particular, um ritual, um costume, uma idéia, ou o que quer que seja está insinuado como informação de fundo antes da coisa em si mesma ser examinada diretamente” (GEERTZ, 1978, p. 19). E, se isso é verdade, ao introduzir esse elemento como componente da bagagem dos colonizadores, é conveniente ir além da compreensão introduzida por Holanda. É preciso reivindicar o entendimento desses elementos do imaginário como componentes constitutivos da cultura. No caso específico, aceitar como um dado histórico, na gênese da formação cultural brasileira, que

todo um universo imaginário acoplava-se ao novo fato (o da descoberta do novo mundo), sendo, simultaneamente, fecundado por ele: os olhos europeus procuravam a confirmação do que já sabiam, relutantes ante o reconhecimento do outro. (MELLO SOUZA, 1986, p. 21)

O novo, definido a partir do já conhecido imaginariamente foi, portanto, classificado e enquadrado¹². As conseqüências disso são enormes. Por enquanto, convém reter que, ao admitir a existência de “aptidões”, entre os povos ibéricos, “para a caça aos bens materiais em outros continentes” (HOLANDA, 1984, p. 15), deve-se estar convencido de que o olhar na direção dessas terras já as define como terras de “caça”¹³.

“Terras de caça”. A formulação é forte, mas sinaliza o que se tenta estabelecer aqui. É provável que o olhar que olha a Amazônia nos tempos da colonização já não seja, exatamente, o olhar quincentista, mas, de qualquer maneira, é um olhar que a registra a partir de valores que antecedem sua existência. E o que estava em jogo eram os produtos existentes em sua própria natureza¹⁴. Um jogo onde os meios eram fornecidos por particulares e a proteção pelos Estados¹⁵. Um jogo onde “franceses, ingleses, holandeses e irlandeses disputavam com os espanhóis e portugueses o predomínio empresarial mercantilista”. Um jogo que tornava a Amazônia, “no final do século XVI e início do XVII uma terra de conflitos” (OLIVEIRA, 1983, p. 169)¹⁶. Uma terra de caça, uma terra de conflitos, são

recorrentes”; 8 – “comportamento aprendido”; 9 – “um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento”; 10 – “um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens”; 11 – “um precipitado da história” (GEERTZ, 1978, p. 14).

¹² Ao contrário, Faoro assinala a irredutibilidade dos “esquemas tradicionais” do colonizador português frente ao “mundo novo”, ao “mundo diferente”, à “realidade exótica” (FAORO, 1975, p. 99).

¹³ Com ênfase nas dimensões edênicas do imaginário europeu, Laura Mello Souza procede a uma análise significativa do processo colonizatório. Nesse quadro, convém chamar atenção para o fato de que a instituição do novo mundo se deu sob o signo de elementos do imaginário europeu. Em outras palavras: “descoberto, o Brasil ocupará no imaginário europeu posição análoga à ocupada anteriormente por terras longínquas e misteriosas que, uma vez conhecidas e devassadas, se desencantaram” (MELLO SOUZA, 1986, p. 31). Para maiores detalhes, ver pp. 32, 43, 64, 70, 77, 131 e 132. É interessante notar também que, partindo de outros registros, nos anos 30, o jornalista Raymundo Moraes percebia “no espírito dos mareantes, já de si rocambólico, a tendência para o maravilhoso”. Debitava a isso o fato de que a “cada vela que se abria oceano a dentro, rumo do desconhecido... levava a seu cronista a anotar... as maravilhas das descobertas...” A propensão, concluía ele, “tendia para deformar tudo” (MORAES, 1936, pp. 131-132). Para uma discussão detalhada sobre o assunto, tendo como objeto “o novo mundo” e a periodização situada entre 1750 e 1900, ver Gerbi, 1996.

¹⁴ E, no entanto, as limitações do imaginário parecem ter sido vividas de imediato. No mesmo quadro de grande quantidade de afirmações mostradas por Gerbi, Cruls afirma que, “sob o aspecto faunístico, o Novo Mundo trouxe grande decepção aos seus descobridores. Terras tão vastas e tão densas e imponentes florestas, tudo fazia prever que também de vulto e muito numerosa fosse a bicharada que o povoava...” A presença dos exemplos da Ásia e da África explicam “o olhar ávido dos conquistadores a procurar no emaranhado das nossas selvas a figura gigantesca de qualquer animal que lhes lembrasse o elefante ou o rinoceronte, ou, na vastidão dos nossos campos, a mancha movediça do que poderiam ser bandos de búfalos, zebras ou antílopes...” “Mas tudo em vão” (CRULS, 1976, p. 95)

¹⁵ Ver Faoro, 1975, p. 99 e segs.

¹⁶ Em outra descrição com o mesmo valor, a história da Amazônia é “a da ganância humana”. Se o motivo foi “a busca de metais e pedras preciosas, de índios para serem escravizados ou de apenas conquista de novos territórios, o caso é que a Amazônia foi vítima das disputas entre distantes reis guerreiros (KELLY e LONDON,

caracterizações que, analisadas em seus elementos constitutivos, já mostram a região a partir daquilo que começa a tornar-se: rica, vazia e vulnerável¹⁷.

Ao começar o século XVII, a contabilidade é negativa quanto aos resultados efetivamente significativos das incursões feitas na região. Aquela terra que aparentava exploração rápida, não era facilmente dominada¹⁸. A partir daquele século, a instituição da Amazônia manifesta-se como ato essencialmente político sob a regência de Portugal. E se apresenta sob três faces: a) militar: defesa e posse do território; b) econômica: cana de açúcar e extração das drogas do sertão; depois, alguma experiência agrícola e pecuária; c) religiosa: descimento, catequese e “civilização” dos índios (OLIVEIRA, 1983, p. 169). São três faces de um fenômeno que passou a ser conhecido como “ocupação da Amazônia”.

Desde o ponto de vista militar, a situação “inicial” é a de um território sem presença colonial. Torná-la efetiva significava criar condições de defesa contra incursões não-portuguesas. Torná-la efetiva significou a construção de fortalezas e fortins. Do ponto de vista religioso, ainda no século XVIII, a Coroa portuguesa fez chegar à região

apreciável número de religiosos missionários franciscanos, carmelitas, jesuítas e mercenários, contando que os mesmos, no desempenho de sua obra catequética, fossem conquistando para Portugal o gentio hostil, então fornecedor das preciosas “drogas do sertão” aos flibusteiros de França, Holanda e Inglaterra, de quem eram bons amigos¹⁹. (SOARES, 1963, p. 112)

Do ponto de vista econômico, entre 1616 e 1750 são estabelecidas as primeiras colônias permanentes ao lado das missões religiosas e dos fortes. Algo, aliás, sem nenhum encantamento lúdico. Como descreve Pinheiro quase em forma de epopéia,

(depois de entradas memoráveis de muitos) incansáveis destroçadores dos ádvenas, e verdadeiramente os primeiros que levaram através da planície, até os altos rios, a idéia da soberania e da posse se foram povoando as margens do rio-gigante. E os seus maiores afluentes, como o Xingu, o Tapajós, o Nhacundá, o Madeira, receberam os primeiros habitantes que procuravam a baunilha, o cacau, a canela, as ervas aromáticas; e caçavam desenfreadamente os indígenas, não para trazel-os á civilização, mas para acorrental-os ás senzalas. (PINHEIRO, 1937, p. 14)

Considerados cada um destes elementos, até meados do século XVIII, a região já contava com (raros)

contingentes militares portugueses, confinados a poucas dezenas de fortalezas e, com cerca de uma centena de missões catequéticas, igualmente espalhadas na vastidão amazônica, nas quais o silvícola era aldeado pelos missionários que lhe ensinavam a religião de Cristo e o obrigavam a fazer, junto às toscas capelas, a

1983, p. 23)”.

¹⁷ E, sem embargo, no mesmo quadro, o assombro que desperta continua a vesti-la com cores bucólicas. Assim é que, ao aproximar-se da Amazônia, navegando desde o rio Tietê, Hércules Florence observa que “para uma região é sempre esplêndido enfeitado uma floresta virgem. Admira-se, estremece-se, sem pressentir, esta infinda variedade”. São percepções, diga-se de passagem, que se expressam em formas não poucas vezes contraditórias. Assim, conforme a descrição do mesmo autor, “desembarcamos no meio desses selvagens, cujas mostras de alegria confirmaram tudo quanto ouvimos contar sobre a amabilidade de seu caráter (FLORENSE, 1977, p. 225). Reparemos que tanto a expressão selvagem como amabilidade só existem no contexto na medida em que se pode supor um referencial de julgamento. No caso, o civilizado e suas qualificações. Naquela observação, o índio aparece como um não-civilizado com pelo menos uma característica de civilizado. É provável que, em parte considerável de passagens como essa Florence não tenha consciência explícita dos valores a partir dos quais julga. E, no entanto, é absolutamente capaz, enquanto observador, de estabelecer uma espécie de Tábua de Comparações entre aspectos da vida do selvagem e do civilizado. “sentimento de cada um a bem de todos” versus “cada qual cuida de si”; “desconhecimento da propriedade” contra “conhecimento do grande princípio da propriedade” são apenas alguns exemplos de reconhecimentos explícitos feitos por Florence no correr de sua obra.

¹⁸ Hoje, todos se apressam a reconhecer isso Ver Kelly e London, 1983, p. 27.

¹⁹ Reparar que, no uso mesmo da linguagem, as classificações já definem os contornos das imagens que serão consolidadas. Assim, o indígena que resiste tornou-se “gentio hostil”.

rudimentar lavoura de milho e mandioca que já praticavam ao redor de suas malocas nativas; era, dessa maneira, mantida uma reduzida atividade agrícola que, com a caça e a pesca assegurava a subsistência desses primitivos núcleos humanos. (SOARES, 1963, p. 112)²⁰

São acontecimentos inscritos no quadro da ocupação de território, um objeto cujo estudo já está firmado há muito como próprio da Geografia. Na verdade, um fenômeno relativo à categoria de espaço que possui, por definição, como já foi visto, centralidade fundamental nesta disciplina. Aqui, conforme também já foi mencionado rapidamente, interessa reforçar que sob o acontecimento “povoamento” da Amazônia, está oculto o acontecimento “despovoamento” da região²¹. De fato, “escravidão do aborígene, em grande escala, levada a efeito pelos portugueses, contribuiu até para o decréscimo da população indígena da Amazônia nos dois primeiros séculos da sua ocupação”. Conforme os dados, “inúmeras expedições de caça ao índio exterminaram, no primeiro período da ocupação, grande número de habitantes das selvas”. Quanto às suas causas, tal extermínio decorria, de um lado, “da morte natural do índio feito escravo”: “o silvícola jamais se adaptou à vida cativa”. De outro, das chamadas expedições “punitivas”, “realizadas contra tribos que repeliam o contato com os invasores de suas terras, fossem estes missionários, soldados ou colonizadores”. Conclui Soares que muitas tribos foram totalmente massacradas por expedições, de cunho militar, especialmente organizadas para “puni-los” (1963, pp. 113-114).²²

Mas não é só isso que uma aproximação acrítica da ocupação oculta. Conforme observam não poucos críticos, os poucos núcleos de agrupamento humano na Amazônia brasileira de então eram predominantemente indígenas. Na opinião de Soares, nas aldeias e povoados, a proporção do elemento indígena era ainda muito mais elevada, seguida não de muito longe do mestiço, porém muito distanciada do branco, enviado pela metrópole, como colono, desde 1676, e, do negro escravo, introduzido, em fins do século XVII (antes de 1692) (SOARES, 1963, p. 114). A despeito desta imigração européia e africana, portanto, o que teria havido, de fato, foi uma “movimentação das populações nativas dentro da região, pelo nucleamento imposto ao elemento autóctone pela sua catequese e escravização” (SOARES, 1963, p. 113). Desocupação e realocação são, portanto, os verdadeiros conteúdos significativos do processo de ocupação territorial da Amazônia pelos portugueses

²⁰ Em resumo, através de uma descrição que não inclui como membros da espécie humana, “três ou quatro milhões de índios”: até a última década (anos 60, JRSF), uma das espécies mais raras era o homem. Durante talvez 12 mil anos, a Terra foi ocupada apenas por tribos primitivas de caçadores nômades que viviam em pequenos bando e vagavam pela enorme floresta, sem se deterem para criar uma cultura sofisticada ou estruturas sociais. Essas tribos – provavelmente oriundas dos Andes, talvez totalizassem três ou quatro milhões de pessoas, ao tempo em que os europeus chegaram pela primeira vez à Amazônia, desgraçando a vida dos índios e por fim reduzindo drasticamente o número deles aos 212 mil hoje existentes (KELLY e LONDON, 1983, p. 22)

²¹ Se é que se pode supor a existência de uma categoria com tal nome. Enfim, trata-se de um acontecimento que talvez encontre em palavras como “genocídio”, “extermínio” e “escravidão” expressões mais fortes, porém suficientemente adequadas. Um acontecimento que a bibliografia reconhece possuir dificuldades para uma aproximação mais exata. Segundo Hemming, a fixação de uma estimativa adequada para a avaliação das populações das tribos indígenas na época da chegada dos europeus em 1500 é bastante difícil. Tomando como exemplo a foz do rio Amazonas, no baixo Tocantins e no rio Pará, diz o autor que os índios “foram tão completamente destruídos na primeira metade do século XVII, que é quase impossível reconstituir os dados sobre suas populações nativas antes da era colonial” (MEMMING, 1998, p. 126). Comentando os dados de Denevan, Bethel sugere alguma coisa em torno de 4 a 4,5 milhões de índios para a mesma região (BETHEL, 1998, p. 130). Mais adiante, ver-se-á que, com a chegada da mão-de-obra escrava negra e, posteriormente, com os nordestinos, a dialética povoamento/despovoamento envolve espaços que estão além das fronteiras da região.

²² A dissimulação e o que poderíamos chamar de mentira institucional não deixaram de fazer par à violência física contra os índios. Em uma das muitas passagens sérias e ilustrativas que a obra de Spix e Martius possui sobre o assunto, afirmam os autores que, “no Maranhão e no Pará, particularmente na Bacia do Tocantins, continuaram sempre no princípio deste século (XIX) as caçadas ao homem, dando falsamente às tribos de índios perseguidas o nome de botocudos, para obedecer à letra da lei, que permitia a guerra contra essa tribo” (SPIX, 1976, p. 39).

até meados do século XIX²³.

B - Tempo segundo

De qualquer forma, entre 1750 e 1840, registram-se processos de demarcação de limites e a aceleração do “povoamento” da região. No final desse período, “a Amazônia já possuía centros burocráticos e comerciais, como cidades e vilas nas margens dos rios mais navegáveis, e uma população bastante miscigenada”. Persistiam as guerras contra os índios e enquanto alguns se integravam cada vez mais à nova sociedade que emergia, outros tornavam-se cada vez mais arredios” (OLIVEIRA, 1983, p. 168). Ao final do século XVIII, Portugal já mudara sua forma de intervenção na região. Durante todo esse tempo, aprofundou-se a presença de uma ação governamental e de atividades de cunho empresarial, complementares entre si. Se aprofundava a instituição da região, sempre nos limites de sua compreensão como rica, vazia e vulnerável. A verdade é que as motivações econômicas, militares e religiosas não desapareceram, mas persistiram. Assim, continuando a empresa militar de defesa do território contra a ambição dos outros impérios em expansão e prosseguindo na obra de “conquista espiritual”, pela catequese dos seus habitantes nativos (política essa que visava igualmente a garantia da posse efetiva das terras amazônicas), a Coroa portuguesa deu então propriamente início a uma “política de povoamento” do Extremo-Norte, objetivando “criar ali os elementos essenciais à substituição da especiaria do Oriente, que se perdia pela ousadia de concorrentes, que destruíam aos poucos, o velho império luso, pela especiaria amazônica (SOARES, 1963, p. 114). Foi um esforço de povoamento cujos limites precisam ser estabelecidos.

De fato, a partir da metade do século XVIII, levas de imigrantes foram trazidas para a região. Abolida a escravatura indígena em 1755, a *Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão* tratou de traficar mão-de-obra negra escrava. Ao lado dessa corrente migratória, no entanto, neste segundo período, é passível de registro a posição de Pombal em tornar “política de estado” a tarefa de “civilizar” compulsoriamente o indígena, e, com isso, formar uma “classe agrária”, com sua integração à população de colonos (OLIVEIRA, 1963, p. 169). Ainda assim, ao que tudo indica, os resultados repetem em muito o que já foi visto. Na versão de Soares, que continua informando a análise, o povoamento da Amazônia colonial, visado através de sua valorização econômica empreendida pelo marquês de Pombal, não correspondeu à expectativa da metrópole. Houve, diz ele, fraco aumento populacional até meados do século XIX. Apesar dos fatores limitativos de seu crescimento - moléstias endêmicas, matança em massa do índio, sangrentas lutas políticas, ausência quase total de uma política migratória de natureza européia - a população amazônica sempre ia aumentando modestamente, mais por um lento processo de multiplicação vegetativa do que pela aquisição de contingentes humanos vindos de fora (SOARES, 1983, p. 118).

Na primeira metade do século XIX manifesta-se na região uma intensificação, na verdade, segundo Engrácia de Oliveira, “uma volta à intensificação do ciclo da coleta”. Por duas razões: por um lado, devido a um declínio da produção agrícola; por outro, pela utilização industrial da borracha. A vulcanização aumenta o atrativo comercial do produto e, por sua vez, sua produção (OLIVEIRA, 1983, p. 173)²⁴. É o fato que reservaria, uma

²³ Um exemplo das dificuldades provocadas pelo uso das categorias em situações como essas está presente na conclusão tirada por Soares à descrição que seguimos. Não teria havido, segundo ele, “no rigor do termo, povoamento na Amazônia brasileira até meados do século XVIII” (SOARES, 1963, p. 114. O *itálico* é nosso.). Não olhasse ele da perspectiva do colonizador, e teria concluído que a categoria a ser utilizada não seria essa.

A partir de agora, ademais, conforme instruções da metrópole, o colono deveria “sem deixar de continuar a colher as preciosas “drogas do sertão”, cultivá-las. Nesse quadro, a importância da atividade da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão, que durante seus 20 anos de existência financiou experiências agrícolas e o incremento da pecuária (SOARES, 1963, p. 116).

²⁴ Segundo a autora, três iniciativas políticas colaboram para o fortalecimento da borracha: a) a criação da Província do Amazonas, em 1850: seu surgimento criava vários problemas, entre eles o de seu povoamento; b) a introdução, em 1852, do navio a vapor na região: como a soberania brasileira sobre o rio Amazonas achava-se

“surpresa” para o povoamento da Amazônia, nas palavras de Soares. De outra forma, conforme as palavras de um jornalista militante, a extração da borracha teria sido “o primeiro elemento real, depois da consolidação de suas fronteiras, na ocupação da Amazônia”. Ainda em sua opinião, “antes era apenas uma região tropical, desconhecida; o centro fornecedor de especiarias, de bichos exóticos, de índios capturados para o trabalho escravo” (MARTINS, 1981, p. 16).

Engrácia de Oliveira debita ao capital estrangeiro parte da responsabilidade pela ocupação da região. Afinal, “com o financiamento de propaganda e também intermediários, ele carregou para a região Amazônica uma grande leva de imigrantes nordestinos e de estrangeiros”. Foi ele, ainda segundo a autora, quem “financiou a vinda oficial da maioria dos imigrantes, uma vez que os governos das Províncias do Pará e do Amazonas administraram e incentivaram essa imigração por meio de empréstimos estrangeiros e o transporte dos mesmos foi quase todo feito em companhias de navegação que possuíam um capital cuja origem não era nacional” (OLIVEIRA, 1983, p. 174)²⁵.

Convém ressaltar o recém mencionado papel do nordestino nesse processo. Coube a ele, nas palavras de Soares, “contribuir, de maneira dramática e considerável, para a ocupação humana da Amazônia”²⁶. O fato é, assinala o autor, citando Reis, que, de 1870 em diante, mas com peso significativo em 1877, 1888, 1900, as “gentes nordestinas, cearenses à frente, eram tangidas de seus ambientes pela inclemência das secas e seduzidas pela corrida à floresta das héveas” (SOARES, 1963, p. 119). Dessa forma, essa “massa nordestina” desbravou e incorporou ao domínio político e econômico do Brasil, extensões imensas que até então eram, apenas, nos mapas, regiões havidas como ignoradas pela geografia ou campo das correrias dos bandos indígenas escapos aos assaltos dos colonos nos idos coloniais. Em consequência, essa migração nordestina, que trazia direções de trabalho inteiramente diversas das que se viam no Amazonas, alterou a própria fisionomia no setor econômico, como foi a maior força povoadora que o Amazonas recebeu até o presente (SOARES, 1963, p. 120)²⁷. E, ainda assim, na entrada do século XX, a região continua a ser descrita como uma terra “rica” e “fértil”. De tal forma que não pode “continuar esquecida, desabitada, erma” (THEODORE ROOSEVELT, citado por KELLY e LONDON, 1983, p. 27). Na mesma ocasião, a migração nordestina continua a tê-la como alvo.²⁸

O pneumático, depois da vulcanização, estimula ainda mais a produção de goma

ameaçada, “o governo imperial resolveu incorporar essa região ao surto de expansão que estava a se iniciar no Sul do país com relação ao setor de transportes e comunicação, introduzindo aí o navio a vapor. Era crença do governo que, monopolizando a navegação daquele rio através de um grupo privado, poderia tentar impedir a invasão estrangeira, ao mesmo tempo que procurava solucionar o problema de ocupação da Amazônia”... c) dezesseis anos mais tarde, em 1868, a abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira, visando poder atender melhor à crescente demanda mundial da goma elástica e, assim, ajudar a recompor, a curto prazo, as finanças nacionais (ENGRÁCIA DE OLIVEIRA, 1983, 173).

²⁵ Manifesta-se, segundo nossa autora, a “dependência da economia amazonense ao capitalismo monopolista internacional que estava em desenvolvimento na segunda metade do século XIX, com sua política de dominação das fontes de matéria prima e do mercado” (OLIVEIRA, 1983, p. 173).

²⁶ Foi esse “bárbaro povo”, descreve Pinheiro, em uma passagem que revela muito sobre as imagens existentes sobre a região, “expatriado violentamente após os maiores sofrimentos físicos e morais, rompendo o sertão esbraseado em levas esqueléticas de retirantes, que se infiltrou pela Amazônia, que atravessou toda planície, que galgou todos os rios, depois de atirado pelos barrancos, sem recursos, sem saúde, sem proteção, como se todos os elementos sociais se conjugassem para exterminá-lo, atemorizados com a sua assombrosa vitalidade” (PINHEIRO, 1937, p. 28).

²⁷ A citação é de Reis, Arthur C. F. Segundo Soares, que o cita, “durante 35 anos consecutivos aquelas falanges de flagelados famintos, doentes e desesperados, lançaram-se no “inferno verde” da Amazônia, que desconheciam totalmente, numa migração desordenada, “dolorosa e anárquica”, na verdade um verdadeiro êxodo, forçado mais pela fome e pela sede do que pela ambição de uma riqueza que se afigurava fácil” (SOARES, 1963, p. 120).

²⁸ Não obstante os estereótipos, há na literatura, quem qualifique positivamente o nordestino em detrimento do “natural” da região. Este faria o “tipo fraco”, “roído pelas febres” e “tímido”. Aquele, “nascido no nordeste”, é “andarilho” e, “mal assimilado ao ambiente”, tem a “fantasia pitoresca dos fortes e a esperança mística dos crentes”. É, ademais, “ambicioso”, “conhece o valor do dinheiro”, é “alegre”, “zombeteiro”. Além do valor em si do significado destas identidades atribuídas aos dois tipos, a caracterização, contra as intenções de seu autor, permitiria uma reflexão em torno da questão dos projetos ecológicos (MORAES, 1936, pp. 138-147).

elástica. Nos anos de 1912 e 1913, é anotado o “apogeu da prosperidade proporcionada pela borracha” na Amazônia. Depois desses anos, tendo perdido o monopólio da produção com a concorrência da borracha plantada no Oriente, “a migração nordestina começou a declinar”. Não desapareceu, no entanto. Continuou, como uma espécie de prova de que sua força não vinha totalmente da atração exercida pela economia da borracha. Jogava um papel fundamental e certamente decisivo o estado de desolação em que se encontravam.

Qualquer que seja o peso atribuído a um ou outro fator, o certo é que, a partir de 1913, a migração nordestina sucede em ondas de afluxo e refluxo, “forçando a um nomadismo imposto e regulado pelo imperativo econômico”. Em definitivo, depois de 1926, registra-se “um retorno para o Nordeste, bem como para o Baixo Amazonas e para diversas áreas urbanas, centros agrícolas e pastoris da Amazônia, de colunas de seringueiros que haviam sido atraídos aos centros de extração nos altos rios, seduzidos pelos altos preços, sedutores, mas fugidios” (SOARES, 1963, p. 122).

Voltando, no entanto, às características do significado da ocupação da Amazônia através da exploração da borracha, não pode ser esquecida a descrição - de certa forma caricata, do seringalista como “uma réplica amazônica do fazendeiro de gado, ou de café, das outras regiões do País, no desempenho do seu papel de chefe, de patrão ou de dono do seringal” (MOREL, 1984, p. 46). Extensão de terrenos, de propriedade de um indivíduo, o seringal encerra em seu arcabouço o mais comum, quanto à vida humana, além do “barracão”, onde mora o dono, o “aviado” por concessionário do seringal, uma ou duas barracas habitadas por dois seringueiros, ou dono do seringal (MOREL, 1984, p. 46). Que seja lembrado também que, aqui, quando se fala de terrenos, não há lugar para pronunciar a expressão minifúndios.²⁹

No mesmo quadro que impunha a existência desses movimentos migratórios, uma experiência de caráter quase cirúrgico é empreendida e compreendida como esforço significativo na ocupação da Amazônia. Pretendendo eliminar com a dependência de suas indústrias frente aos preços da borracha inglesa do Ceilão e da holandesa de Java, Henry Ford, em 1928, começa transplantar, para uma área correspondente a 2 milhões e 470 mil hectares, às margens do rio Tapajós, hospital, postos de saúde, quadras de tênis, mansões dos diretores, casas para os seringueiros, cafeteria e, inclusive, uma drugstore (MARTINS, 1981, p. 16)³⁰. Mais tarde, ainda na primeira metade do século XX, outra experiência de grandes proporções. Desta vez, uma tentativa vitoriosa de colonização agrícola, com a fundação da Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S/A. O Pará doava 600 mil hectares no município do Acará, 400 mil no município de Monte Alegre, além de mais três áreas de 10 mil hectares cada uma, em Marabá, na estrada de ferro Bragança e em Conceição do Araguaia (OLIVEIRA, 1983, p. 169).

Enquanto a migração nordestina e de capital americano tornava-se parte da instituição da Amazônia, o trabalho do índio não deixava de ser requerido. Tal qual ocorria no início da colonização portuguesa, ele continuava a ser “descido”, submetido e usado como “índio-remo”, “índio-piloto” e “índio-bússola” (OLIVEIRA, 1983, p. 169).

C - Tempo terceiro

A partir da década de 30 deste século XX, a Amazônia é caracterizada por não poucos geógrafos como *fronteira de recursos*³¹. Menos pomposamente, mas ainda na forma de sobrenome encontrável em análises provenientes do campo da geografia, a região

²⁹ A partir de dados bem mais recentes, é possível registrar que um pouco mais de mil seringais representavam cerca de 80% do estado do Acre. Em 1976, um único proprietário possuía um seringal com 2 milhões e 200 mil há (MARTINS, 1981, pp. 84-85).

³⁰ Ressalvada a grandiosidade da operação – ao tamanho da área, acrescenta-se a quantidade de 1 milhão de pés de seringueiras plantadas, parece equívoco pensar que o projeto inovava em relação a um padrão de ocupação da região. Voltaremos a isso mais tarde.

³¹ Uma leitura a partir da discussão sobre o olhar do capital estrangeiro na direção da região complementar à nossa discussão pode ser encontrada em Oliveira, 1997.

institucionaliza-se como espaço de novas oportunidades. Conforme explica Becker, nesse momento, “mais da metade do território nacional não se encontra ainda economicamente incorporado ao sistema espacial”³². O crescimento do “centro”, ainda na opinião da mesma autora, valorizaria seus recursos inexplorados: as áreas de mata virgem, dotadas de madeiras raras e de solos férteis para a agricultura, e as jazidas minerais. Da mesma forma, elas seriam valorizadas também “pela possibilidade que oferecem de absorção dos excedentes demográficos existentes na periferia deprimida” (BECKER, 1982, p. 25).

Com outros enfoques teóricos, reconhecendo outras implicações, Oliveira expressa o acontecimento indicando o que está ocorrendo em nível nacional sugerindo a superação de uma estrutura de organização interna da economia brasileira fundada nos “arquipélagos” por uma estrutura unificada do espaço econômico nacional. Segundo ele, a nova forma de crescimento do capital impõe sua lei, e o que se viu foi um aumento das disparidades regionais, produto dessa lei que rege a nova forma de crescimento do capital (OLIVEIRA, 1984, p. 23).

De fato, durante o governo Getúlio Vargas, a Amazônia foi olhada como uma região onde se concentrava “um dos maiores problemas que a administração nacional” deveria enfrentar. Tornava-se necessário acabar com o atraso em que vivia e, assim, “beneficiar” o “todo nacional”. Em 1940, Getúlio anuncia a necessidade de desenvolver a região, bem como seu entrosamento no “movimento de reconstrução nacional”. A extensão da região, o despovoamento e as fronteiras com os países vizinhos parecem ter sido as principais questões a chamar atenção governamental.

Na Constituição de 18 de setembro de 1946, os dispositivos do art. 199 e seu parágrafo único garantem a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia com os recursos provenientes de 3% das rendas tributárias da União durante, pelo menos, 20 anos. Ao lado disso, os Estados, Territórios e Municípios da região seriam taxados anualmente em 3% de suas entradas fiscais para que o governo federal utilizasse o dinheiro daí provenientes ao mesmo fim. Na época, a inclusão de tais mecanismos na Constituição foi percebida como garantia dos meios indispensáveis para o início – note-se bem, “o início apenas”, diz um dos defensores das medidas propugnadas – “de um dos maiores empreendimentos de todos os tempos que é a efetiva ocupação, domínio e exploração econômica dos grandes vales equatoriais do Brasil” (CAVALCANTI citado por NUNES, s/d., p. 9).³³ Trata-se de uma opinião que se justificava pelo fato de “entre múltiplos fatores que vão desde a rarefação demográfica à insignificância das áreas cultivadas, a região é desmesuradamente vasta e seus recursos continuam praticamente ignorados” (CAVALCANTI citado por NUNES, s/d, p. 9).

Havia, aparentemente, consciência da necessidade de medidas executivas em relação à região. À parte de uma *Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia* – cujos encargos eram de natureza política, legislativa, cabendo-lhe “vigiar, fiscalizar, traçar diretrizes gerais, sugerir, propor, coordenar e controlar, num esforço superior de defesa dos contribuintes” - foi proposta a criação da *Comissão Executiva do Plano de Valorização Econômica da Amazônica* com o objetivo de organizar o *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. Caberia a ela também “executá-lo pela forma que

³² Como vimos nas páginas anteriores, não parece ser de todo verdadeira a afirmação da autora segundo a qual, “coberta por densas matas, essa vasta área do interior do país permaneceu à margem dos estímulos econômicos que, no passado, impulsionaram o povoamento estável do território” (BECKER, 1982, p. 25).

³³ Convém lembrar, seguindo Becker, que a “ocupação” da Amazônia no início dos anos 30 resulta “em penetração muito extensa em termos de área, mas com povoamento reduzido a linhas e pontos. Pontos representados pelos povoados implantados nas confluências estratégicas de transbordo da navegação fluvial, e linhas representadas pela ocupação esparsa ao longo dos rios que convergiam para um grande ponto: Belém, elo na cadeia de exportação para a metrópole...” Sob influência da borracha, continua a autora, marcas mais profundas foram deixadas “do que as decorrentes dos quatro séculos anteriores; implantou-se uma economia colonialista mais violenta, grandes desníveis econômicos e sociais se elaboraram na parca população que permaneceu na área, as terras foram apossadas em grande escala, embora não povoadas, e um processo de crescimento urbano se desencadeou em Belém e Manaus, centros que incharam com o refluxo da população, após a decadência da borracha (BECKER, 1982, p. 59).

julgar mais conveniente e aplicar, na sua execução, os recursos postos a seu dispor” (CAVALCANTI citado por NUNES, s/d, p. 9).

Não parecia existir, nessa ocasião, discrepâncias maiores entre o que advogava Araújo Cavalcanti, Secretário-Geral da Associação Brasileira de Municípios, citado até agora, e o Presidente da República. Pelo menos é o que parece ficar claro através da Mensagem anual que Getúlio Vargas enviou ao Congresso Nacional no dia 15 de março de 1947. Dizia ele, então, ser uma de suas “preocupações básicas” o “soerguimento ou valorização econômica, social e humana” da Amazônia³⁴. Mais especificamente, adianta ele, devem ser tomadas “medidas preparatórias” para “início de obras”, “levantamento” das “condições peculiares” da região, “inventário dos recursos existentes e planejamento geral da ação executiva do Estado” (CAVALCANTI, citado por NUNES, s/d, pp. 14-15).

Longe de desconhecer a existência de vida humana naquele espaço, o que, aparentemente, depois da independência nenhum chefe de Estado parece ter feito, Vargas afirmava que “os esforçados habitantes dessa longínqua região se vêem a braços com dificuldades sem paralelo, oriundas de uma multiplicidade de fatores negativos”. Literalmente, dizia o presidente que, tanto mais se “afigura a necessidade de uma solução adequada para os imensos problemas da Amazônia” quanto mais “é certo que, dia a dia, se agravam suas difíceis condições de vida”. Entre esses fatores, apesar do reconhecimento de vida recém mencionado, e, portanto, ainda do quadro matricial do vetor “vazia”, estava a “escassez demográfica”. Uma escassez que vinha ao lado da

vastidão territorial, afastamento em relação aos grandes centros de produção e consumo, economia primária de puro extrativismo florestal, estrutura econômica e social à mercê das oscilações dos preços de suas matérias primas essenciais. (CAVALCANTI, citado por NUNES, s/d., p. 16)

Não foge às preocupações dos parlamentares envolvidos na discussão do Plano de Valorização o problema da vulnerabilidade da Amazônia. Impressiona a afirmação segundo a qual “um dos aspectos mais delicados da valorização da Amazônia é o que se relaciona com a defesa nacional”. O diagnóstico feito é desalentador.

Depois do ímpeto ocupador português e da migração contemporânea de massas nordestinas, a parte da bacia amazônica sob jurisdição brasileira não reconheceu nenhum esforço de monta para o seu efetivo domínio. (NUNES, s/d., p. 89)

Problema enfrentado pela Constituição de 1946, “o vale amazônico estava olvidado como parte considerável do organismo nacional” (NUNES, s/d, p. 89). O medo frente a uma situação conforme a descrita era justificado através de um argumento que retomava a questão da vulnerabilidade de maneira inusitada. Naquela altura dos acontecimentos, “nenhum perigo militar de origem sul-americana” parecia ameaçar “imediatamente” a Amazônia. Mas, apesar disso, “é da máxima oportunidade considerar que, amanhã, a mesma teoria do *uti possidetis*, que valeu a sua incorporação ao Brasil, pode ser invocada contra os interesses nacionais”. A pergunta a ser respondida seria, então: “que posse útil detém o Brasil na Amazônia?” (NUNES, s/d., p. 90).

O suposto é que a “Amazônia não pode continuar a ser uma fronteira exposta, comprometendo o corpo da Federação”. Obviamente, para que essa situação seja superada, “o enriquecimento do cabedal humano” da região é considerado quase que preliminar. Isso posto, “a defesa nacional, premência a qual nenhuma nação se pode furtar de estabelecer, começa, na Amazônia, pela criação de uma unidade atuante, fortemente esclarecida e movimentada” (NUNES, s/d, p. 92). No detalhe, o Brasil necessita estar em condições imediatas de defender “a embocadura do Amazonas, do rio Pará e do arquipélago de Marajó, assim como barrar qualquer penetração que tome para eixo o

³⁴ Ao lado da Amazônia, a área do Vale do São Francisco também é citada.

Solimões, o Negro, o Branco, o Purus ou a Madeira (NUNES, s/d, p. 93). É uma tarefa que torna urgente “equipar o teatro de operações, de modo que baste a si mesmo, encontre dentro de suas fronteiras uma economia e uma aparelhagem militar que o faça viver de seus próprios recursos”. O que, em uma compreensão mais ampla recoloca o problema do vazio e da riqueza. Tanto assim que o autor argüi por uma “economia saudável, pelo enriquecimento quantitativo e qualitativo das populações do vale” (NUNES, s/d, p. 93).

No segundo governo Vargas, entre 1952 e 1954, assiste-se à criação da *Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia*, a SPVEA³⁵. Seria o organismo com jurisdição sobre a aquilo que seria chamado de Amazônia Legal. Seu objetivo seria implementar o *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. Entre suas tarefas estava a de elaborar um plano quinquenal, no qual, entre os pontos fundamentais, constava o desenvolvimento da produção agrícola e animal, a melhoria do sistema de transportes, a comunicação, a saúde, o aproveitamento dos recursos minerais, o aumento demográfico, o desenvolvimento do crédito bancário, a pesquisa e a preparação de quadros técnicos regionais. É do mesmo período a criação do *Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia* – Inpa, com a finalidade de estudar a flora, a fauna e outros componentes da ecologia regional, além das condições de vida do homem da Amazônia.

A década de 50, portanto, parece ser um momento importante inflexão de atenção governamental na direção da Amazônia. Com receio da redundância, o que se apresenta no cenário é a neutralização dos elementos constitutivos da matriz que continua pautando os registros sobre a região. No entanto, qualquer que seja o ângulo de visada, o que parece certo é que “a Amazônia prepara-se para grandes transformações”.

Transferida a capital para Brasília em 1960, o processo de desenvolvimento brasileiro passou a incluir com maior prioridade as áreas interiores da região. Persistia a compreensão de que a superioridade de nossas fronteiras terrestres é minimizada pelo fator despovoamento, pelo vazio demográfico (MATTOS, 1979, p. 11). A construção da Belém Brasília, não pode ser vista fora desse contexto. Ela liga a região a outras regiões do país por via terrestre, entrando a participar de “um processo rápido de integração”. Jogando fortemente com o objetivo da ocupação, a “área marginal à estrada foi ocupada, revitalizando velhas povoações e provocando o aparecimento de novas”. Desde então, conforme interpretação de Andrade, passou-se a procurar captar economicamente o grande espaço desocupado para os grandes centros de decisões nacionais ignorando-se a rede fluvial e os tradicionais caminhos coloniais. De forma complementar, o Governo vinha procurando “localizar, nas margens da mesma (estrada), nordestinos e sulistas desejosos de se tornarem proprietários de glebas que vão sendo abertas na mata virgem (ANDRADE, 1973, p. 73).

Nas esferas da vida cotidiana, esses acontecimentos estão sendo registrados como devidos à “nova mentalidade do brasileiro, que acordou enfim”. Afinal, seria dito serem as estradas o que leva, “através do aproveitamento das terras que servem, à produção, ao progresso, à civilização” (MESQUITA, 1974, p. 75).³⁶

D - Tempo quarto

Em 1966, procede-se novamente a modificações na política para a região. As iniciativas são acompanhadas de um esforço até então desconhecido no sentido de atrair capitais privados. E, nesse quadro, a *Declaração da Amazônia*, assinada por governadores, ministros e empresários, e divulgada em abril de 1967³⁷ reitera o estereótipo ditado pelo

³⁵ É importante chamar atenção para o fato de que, entre os objetivos de Vargas para a região estava promover o estabelecimento de uma política de energia, através da utilização racional dos recursos naturais, para o fornecimento aos principais centros de produção e da indústria.

³⁶ Ainda segundo a reportagem de Mesquita, no Brasil, “quem deu o impulso inicial a esta marcha para a frente foi, indiscutivelmente, Kubitschek” (Mesquita, 1974, p. 74).

³⁷ É interessante notar que a Declaração da Amazônia é assinada sob o signo das bandeiras. Instados a participar do empreendimento de “povoamento” da Amazônia, os empresários paulistas se representaram como

núcleo imaginário expresso pela tríade matricial que opera o olhar e a ação dirigida à região. Estão lá, explícitas, as referências à Amazônia como possuindo “espaços desertos”/“espaço vazio”, cuja ocupação – através do aproveitamento de sua grande “potencialidade econômica” tornava-se “um imperativo da própria segurança nacional” (OLIVEIRA, 1991, p. 35). A ênfase é a criação de “programas e projetos com objetivos de “integração nacional”. Nessa ênfase, cabe ao Estado “preparar o terreno para o estabelecimento do capital privado”. Para tanto, deve restringir-se aos investimentos de infra-estrutura, pesquisa e planejamento. São áreas que “requerem um montante de capital bem maior e com retorno a prazos mais longos”³⁸.

A ação do governo federal para a região é articulada por uma estrutura institucional cujas metas não eram, enquanto intenções, diferentes daquelas de Vargas. De novo, o fato de ser representada como rica, vazia e vulnerável determina a orientação da intervenção. De modo explícito, o Plano expressava “uma reação frente aos perigos que representava, para a segurança nacional, a existência de uma vasta extensão territorial praticamente vazia em termos populacionais”. Nessa leitura, ela era apresentada como “grandemente desabitada”, apesar de “bem dotada de recursos naturais que poderiam ser explorados”. Assim, como um colorário automaticamente retirado das premissas “espaço vazio” e “potencial econômico”, estariam ali “as condições de absorção do excedente de pessoas em áreas onde a exploração demográfica e o desemprego crescente estavam causando sérias preocupações” (CARDOSO e MÜLLER, 1977, p. 112). Uma absorção, diga-se de passagem, sempre lembrada como medida capaz de diminuir a vulnerabilidade frente aos inimigos.

O I Plano Quinquenal elaborado pela Sudam (1967-1971) deu prioridade ao setor de transporte. O asfaltamento da Belém Brasília e a construção de rodovias estaduais ampliaram os fluxos de migração em direção à Amazônia. Isso porque, considerados sob o ponto de vista dos critérios técnicos de aferição da densidade demográfica, a região fecha os anos 60 com uma população ainda entendida como baixa. Com 1,03 habitantes para cada quilômetro quadrado, ela é tipicamente “subpovoada”. Ao lado disso, a ocupação do solo é “pequena” - menos de 7% da superfície regional, e o fato é atribuído à economia extrativista (ANDRADE, 1973, p. 73).

Não por acaso, o *Programa de Integração Nacional* - PIN buscava criar as condições para a expansão do capital. Impunha-se, ademais, conforme já sinalizado por Cardoso e Müller, minimizar a crise de desemprego no nordeste e no centro-sul, assentando migrantes em projetos de colonização. Como esforço global, o programa buscava “unir áreas mais e

os “novos bandeirantes”. Como representação simbólica de atitudes que estavam para serem tomadas, além de evidente defasagem temporal, juntam-se outras inadequações bastante significativas. Em primeiro lugar, como revela Davidoff, “o bandeirante foi fruto social de uma região que, entre os séculos XVI e XVII, era “marginalizada”, além de possuir “escassos recursos materiais” e “vida econômica restrita”. Depois, pelo menos na origem social, nada insinua riqueza entre os que adentram o sertão. Caminham “descalços” e o vestuário “se restringia ao chapéu de abas largas, à camisa, às ceroulas e aos gibões de algodão acolchoados, que serviam de anteparo às flechas indígenas”. Nada, portanto, que se comparasse ao pioneiro americano. Principalmente no que se refere à sua função social. O bandeirante que começa a ser forjado como figura social “a partir dos fins do século XVI até o início do século XVII”, é o “paulista socializado desde a adolescência para empregar a vida em prender e escravizar o gentio nos sertões”. Desde o ponto de vista econômico, as bandeiras aparecem como “solução de urgência para a pobreza dos paulistas” (DAVIDOFF, 1984, pp. 11-30). E, se existe alguma identidade a ser criada entre esse movimento e o que passa a ocorrer a partir dos anos sessenta do século XX, ela se situa no sentido de tirar o máximo de proveito possível das brechas que as situações política e econômica ofereciam para “a efetivação de lucros rápidos e (eventualmente) passageiros em conjunturas favoráveis.

³⁸ Para autores como Cardoso e Müller, o Plano de 1953 propunha-se tarefas de difícil realização, “exceto a prazos muito longos e que requeriam um conhecimento da região muito maior do que se dispunha na época” (CARDOSO E MÜLLER, 1977, p. 112). Como crítica específica, a observação é inócua. Nunca houve, em relação à Amazônia, tarefas que pudessem ser realmente realizadas no curto prazo. O exemplo mais flagrante, no que nos interessa mais de imediato, “é a exposição que alguns cientistas estavam elaborando quanto ao impacto que a represa de Tucuruí irá provocar sobre o meio ambiente. O relatório não poderia ser completado antes de iniciada a barragem” (KELLY e LONDON, 1983, p. 320). Da mesma forma, exceções feitas a alguns poucos projetos, a despeito de ter sido criado nos anos 50, não obstante ter patrocinado estudos importantes, o papel do Inpa no planejamento das ações governamentais e empresariais é irrelevante. Na observação de dois cronistas da região, tanto o governo como a iniciativa privada parece que não têm paciência com os cientistas.

menos desenvolvidas, do Norte e do Sul”. Tencionava trazer, ademais, mão-de-obra qualificada do Nordeste para utilizar e ocupar as terras e outros recursos naturais da Amazônia”. Para aumentar e fortalecer a infra-estrutura econômica interna da Amazônia, além do término de estradas já iniciadas, pretendia que

o sistema hidrorodoviário da Amazônia fosse concretizado através de três vias transversais, no sentido leste-oeste: o rio Amazonas e as rodovias Perimetral - Norte e Transamazônica, que seriam cortadas por outras vias diagonais, longitudinais e radiais. (OLIVEIRA, 1983, p. 180)

No mesmo quadro, o governo Costa e Silva estava certamente mobilizado pela necessidade de fortalecer o poder militar nas zonas de fronteira quando encarregou-se de interiorizar o *Comando Militar da Amazônia*, tirando-o de Belém e levando-o para Manaus. No terreno das intenções, corria paralelo a urgência da fixação do homem em locais de menor densidade populacional (OLIVEIRA, 1983, p. 180). Em muitos sentidos, são preocupações que não se afastam muito daquelas partilhadas pelos governos anteriores. Mas, apesar disso, uma mudança nada sutil diferencia as políticas de segurança dos chefes de Estado durante o regime militar. Ela repousa no emprego superlativo da Geopolítica como instrumento de definição dos objetivos nacionais.

Conforme pode ser visto em de Travassos (1935, p. 37), desde a década de 30 são formulados princípios admitidos como componentes de projetos que olham o espaço como algo vital. Um deles sobressai desde então, consideradas as questões aqui abordadas. Trata-se do diagnóstico que identifica a existência de “um território imenso e praticamente vazio” bem como de um receituário que impõe sua “ocupação”. Nas palavras de Comblin, trata-se de um preceito que faz parte da “tradição brasileira”.³⁹ Ao lado do reconhecimento do “vazio” e da “ocupação” como sua superação, convém anotar dois elementos fundamentais. O primeiro remete ao efeito de uma concepção bem característica sobre o papel do Estado e remete ao que já foi dito no capítulo segundo sobre a existência de um imaginário mítico em relação a seu papel. Nessa perspectiva, se a “ocupação” é objetivo nacional, a Nação a realiza através do Estado. Isso porque, “como vontade, poder e poderio”, a Nação se exprime pelo Estado. Na verdade, “é impossível fazer uma distinção real entre a Nação e o Estado”. Ora, concomitantemente, quase que por definição, o projeto de “ocupação e domínio do espaço confronta-se com a “oposição de outros projetos semelhantes e incompatíveis com ele” (COMBLIN, 1978, p. 28). O segundo elemento qualifica a natureza do conflito emergente da realização do “objetivo nacional” de “ocupação”. No cerne mesmo da doutrina geopolítica tal como propagada e defendida pelos intelectuais orgânicos do regime militar, é enfática a noção de segurança nacional. Ainda que, como observa Comblin, não existam definições claras de seu significado, ela torna-se “operacional desde o momento em que se define o inimigo”. E, se isso funciona assim, a segurança nacional é “a força do Estado” presente em todos os lugares em que haja suspeita do fantasma do inimigo⁴⁰. Um inimigo que não só pode estar em todos os lugares, como certamente estará em uma região rica, vazia e vulnerável. Poder Nacional “é, portanto, o conjunto de meios de ação dos quais o Estado pode dispor para impor sua vontade” (COMBLIN, 1978, p. 58). Para uma região que vem sendo percebida como terra de caça, como terra de conflitos, se fortalece a concepção da doutrina de segurança nacional segundo a qual “não há diferença de natureza entre o civil e o militar” (COMBLIN, 1978, p. 63). Trata-se de uma imbricação fortalecida pelo reconhecimento de que “segurança é desenvolvimento” (COMBLIN, 1978, p. 65)⁴¹.

³⁹ Os outros dois são “a expansão na América do Sul em direção ao Pacífico e ao Atlântico sul e a formação de uma potência mundial”. Este último é razoavelmente recente. Vem do governo Médici e seu porta-voz é o Gal. Meira Mattos (COMBLIN, 1978, p. 27).

⁴⁰ A reflexão, aqui, segue, basicamente, a Comblin. Discordamos dele quando vê a possibilidade de tratar a “segurança nacional” como conceito. É, em nossa opinião, noção. Depois, no caso específico da Amazônia, se bem é certo que o medo do “comunismo” estivesse presente, a definição de “inimigo” é formulada através de estereótipos cuja formatação não se limita à dimensão política (COMBLIN, 1978, pp. 55-56).

⁴¹ Não desenvolveremos aqui, entre outros temas e questões, por fugir ao escopo da pesquisa, uma linha de

O *I Plano Nacional de Desenvolvimento* – I PND – 1972/1974, deu muita ênfase aos objetivos do PIN e ao *Programa de Redistribuição de Terras*. O PROTERRA havia sido criado em junho de 197 e complementava o PIN, facilitando a aquisição de terras, propondo a melhora das condições do trabalho no meio rural e promoção da agroindústria no Nordeste e na Amazônia. Suas metas para a Amazônia mencionavam a integração (física, econômica e cultural), a ocupação humana e o desenvolvimento econômico⁴². Continuavam a ser destacadas as supostas complementaridades sócio-econômicas entre o Nordeste e a Amazônia. Para que tais metas fossem alcançadas, o ponto de partida deveria ser a colonização das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém por elementos trazidos do Nordeste.

Considerados os objetivos a serem atingidos, os programas lançados pelo governo Médici “conceberam que o espaço Amazônico, nas áreas das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, deveria ser ocupado pelo assentamento de 100 mil famílias de colonos em 5 anos”. Delas, 75% deveriam provir do nordeste⁴³. Em 1973, as grandes empresas foram convidadas a “assumir a tarefa de desenvolver” a área amazônica e, assim, aumentou a penetração da atividade pecuária que buscava grandes porções de terras, os latifúndios, “apossando-se das mesmas tanto de forma legítima quanto por meios ilícitos e com finalidades não só de usá-la para a criação de reserva de valor, mas também para fins especulativos” (CARDOSO e MÜLLER, 1977, p. 116). Nas palavras de Paulo Yokota, ex-presidente do Incra, investia-se “no desenvolvimento da Amazônia, porque temos de assim proceder”. Sem petróleo para seu próprio consumo, dizia ele, “sobram terras com valiosas madeiras, ricos minerais e fazendas para milhões de lavradores” (KELLY e LONDON, 1983, pp. 31-32).

O modelo, já se sabe, lembram os autores, é especificamente o da volta para o Oeste na segunda metade do século XIX. Literalmente, a Amazônia seria “o nosso Oregon de 1870” (KELLY e LONDON, 1983, pp. 31-32). Quanto ao aparente descaso presente na idéia de que se podia errar porque havia terra suficiente para que novos acertos fossem tentados, ele se deve provavelmente ao fato de, na entrada dos anos oitenta, era progressivamente dominante a presença da União nas questões fundiárias da Amazônia. Um domínio que tornava o INCRA estrategicamente determinante na região. Para que se tenha uma idéia daquilo que estava em jogo, do total de terras do país, a região possui quatrocentos e noventa e nove milhões de hectares. Deles, trezentos e onze milhões estavam sob a administração federal. Duzentos e setenta milhões pertenciam ao Incra

observações extremamente importante. Nos referimos ao fato mencionado por Comblin que reconhece que “a segurança nacional serve para legitimar uma determinada política social, consequência de determinado modelo econômico que sacrifica os trabalhadores e os camponeses a fim de favorecer os setores minoritários (COMBLIN, 1978, p. 95). É nesse contexto doutrinário geral, ademais, que presenciamos principalmente no correr da década de 70, a intensificação da presença dos militares e, mais especificamente, do Conselho de Segurança Nacional na região. Uma presença com implicações significativas na administração da estrutura fundiária principalmente a partir do momento em que, como que realizando sua natureza, o Estado introduzirá modificações substantivas no arcabouço institucional responsável pela questão agrária. Por agora, recordemos que o Conselho de Segurança Nacional já decidia, nos anos 70, sobre a legitimação de posse de terra na Amazônia. É mais tarde, como veremos, que, sem nenhuma ingerência da soberania popular que instituições híbridas – gerenciadoras da estrutura fundiária e agência de segurança – são criadas e, entre elas, o Grupo

⁴² Tanto o PROTERRA como o PIN eram tentativas de reorientar a estratégia anterior de desenvolvimento regional, que havia dado ênfase à concentração dos incentivos fiscais no setor industrial e, assim acabara por se confinar quase que exclusivamente a áreas urbanas. Pretendia-se, agora, beneficiar a área rural.

⁴³ No que diz respeito à construção da Transamazônica, parecem não caber dúvidas de tratar-se de um projeto que buscava articular diversas preocupações, cada uma delas passível de ser expressa através dos elementos constitutivos disso que estamos considerando uma matriz de conhecimento e comportamento frente à Amazônia. De qualquer forma, nos planos iniciais da estrada, por ser “rica e vulnerável”, estava presente o temor dos círculos oficiais em relação a uma ocupação por parte de uma potência estrangeira. Ao mesmo tempo, por ser vazia, a região passa a ser vista como uma das “últimas válvulas de segurança” do país. As secas expulsam ou colocam em dificuldades milhões de pessoas cujos laços os fixavam a solos ressequidos. Com ênfase na questão da segurança contra a insurgência de eventuais inimigos internos que se aproveitariam da situação de miséria para uma eventual revolução, os nordestinos são novamente mobilizados para uma viagem que, na linguagem do ex-presidente Garrastazú Médice, poria em movimento “homens sem terra na direção de terras sem homens”.

(PINTO, 1980, p. 39).

A avaliação feita pelo governo federal em relação ao PIN obrigou a modificações na concepção do “problema Amazônia”. Assim o *II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND – 1975/1979*, de Geisel, voltou a preocupar-se com a região enquanto “fronteira de recursos”, “o que deu ensejo para que seu desenvolvimento fosse dirigida pela grande empresa privada”⁴⁴. O plano continha, “ainda, a filosofia de “integração nacional” do plano anterior e se referia, também, ao fato de que o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste eram considerados dentro da política global como sócio-economicamente complementares no fluxo de fatores de produção ou no fluxo de produtos. Além disso, as relações dessas áreas com o Centro-Sul eram, também, consideradas principalmente no que se refere ao fluxo de mercadorias, de capitais e de tecnologia (CARDOSO e MÜLLER, 1977, 116).

A consequência maior do novo PND, no nível institucional, para a região, foi o *II Plano de Desenvolvimento da Amazônia*. Este programa, conhecido como Polamazônia – *Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia* e instituído originariamente em setembro de 1974, era dirigido à utilização dos eixos viários para a ocupação dos espaços vazios na área amazônica e com ele se fortaleceu a aliança entre o Estado e a empresa privada, tanto nacional quanto estrangeira na condução desse processo de ocupação e desenvolvimento (OLIVEIRA, 1980, p. 179). Pretendia-se, com isso, de acordo com o mesmo Oliveira, “ampliar a exploração dos recursos naturais da região e com eles abrir novas frentes para a conquista de mercados externos”.

O programa previa, além disso, a ação coordenada das *Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia e do Centro-Oeste – Sudeco*, dos diversos ministérios envolvidos, dos governos dos estados e territórios da região amazônica e da iniciativa privada em 15 áreas, as quais constituíram objeto de planos de desenvolvimento integrado. Os projetos daí decorrentes priorizaram o desenvolvimento da pecuária e o aproveitamento das potencialidades hidrelétricas e dos recursos existentes no solo e na floresta (OLIVEIRA, 1983, p. 180). Com relação à ocupação demográfica, deixou-se de lado a questão da imigração nordestina. A partir de então, ela foi encarada como causadora de problemas na área e não mais como fator de desenvolvimento da Amazônia. Os imigrantes não eram “dotados de capital próprio”, eram considerados como tendo “baixo nível de conhecimentos gerais” e, por vezes, “viciados pela herança de um rudimentarismo técnico notório”, além de estabelecerem com os habitantes rurais da região “um mórbido regime de trocas de doenças” (OLIVEIRA, 1983, p. 182).

Nesse período a Amazônia vinculou-se cada vez mais ao “objetivo nacional de

⁴⁴ Além dos órgãos mencionados, já haviam sido implantados na região outros três, todos de relevância. A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) foi fundada como autarquia ligada ao Ministério do Interior. Era o organismo administrador da Zona Franca de Manaus. Pretendia, como eixo central de suas atividades a integração da Amazônia ocidental ao resto do país, “mediante a criação de um centro industria e agropecuário”. A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) surgiu, por sua vez, atuando como empresa de serviços em projetos de pesquisa mineral. Como empresa de mineração, desenvolvia projetos próprios. Como empresa de financiamento, concedia recursos para a realização de projetos. Mais especificamente, segundo seus objetivos, devia trabalhar com a descoberta de minerais exploráveis, abrindo oportunidades para exploração por parte do capital privado. Finalmente, desde o ponto de vista deste trabalho, de fundamental importância, o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia, órgão do Ministério das Minas e Energia, foi criado em dezembro de 1968, com representantes dos Ministérios do Interior e do Planejamento. Tinha como funções supervisionar os estudos referentes ao aproveitamento do potencial energético da Amazônia. A ele competia também preparar os orçamentos e autorizar despesas, deliberar sobre as soluções técnicas possíveis, propor ao ministro as providências necessárias à execução de seus serviços e prestar contas às entidades financiadoras”. As Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás) ficaram como agente executivo do Comitê. Os estudos programados por este Comitê seriam financiados pela FINEP S/A (Financiadora de Estudos de Projetos S/A) do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. No relatório de 1971, segundo os autores a quem estamos recorrendo, constam os resultados de alguns estudos que indicam um potencial superior a 5 milhões de quilowatts. Os trabalhos realizados compreenderam o estudo dos mercados de energia elétrica a serem supridos em 1985 e o inventário das possibilidades de aproveitamento hidrelétrico para esse suprimento, abrangendo pólos de desenvolvimento e as respectivas áreas de influência. Nos trabalhos de inventário foram examinados 26 rios da Amazônia, sendo que em 11 foram localizados locais de aproveitamento.

desenvolvimento econômico do país”. Seu principal desempenho seria conseguido através do setor primário e, secundariamente, com produtos industrializados originados em “enclaves”. Assim, a grande empresa privada foi cada vez mais privilegiada, pois esperava-se que elas aumentassem sua produção a curto e a médio prazo.

Ao final dos anos 70, ainda se bagateliza o tamanho da área conquistada aos índios, aos posseiros e à floresta. Nos círculos melhor informados, a Amazônia já era tratada como uma espécie de “colônia” de São Paulo. Trata-se de uma presença que aumentou de forma importante durante os anos do regime militar e, principalmente, durante o “milagre econômico”. Congregando cerca de 300 investidores do sul do país, a *Associação de Empresários da Amazônia* é uma espécie de comitê executivo dos interesses de empresas como a Volkswagen, a Xerox, a Nixdorf Computer e o Bradesco. Tragicamente, o que está em jogo, além de ocupações muitas vezes fraudulentas, é a percepção de não existir “atentado ecológico quando apenas se trata de desenvolvimento”.

Abrindo uma espécie de parêntesis, o que recém foi dito é algo assumido com quase tanta desfaçatez quanto a admissão de que “ninguém sabe com precisão quais as áreas mais convenientes para determinado fim”. São observações que, ao fim, reforçam o que já foi exposto em torno da inexistência de consideração com pesquisas e estudos de qualquer natureza precedendo o comportamento empresarial. De fato, a atitude corrente era outra. Tanto assim que em entrevista dada no final dos anos 70, João Carlos Meirelles, ex-presidente da *Associação de Empresários da Amazônia* disse, em resposta a uma pergunta feita por jornalistas, que

a selva é tão grande que a área derrubada não chega a um por cento. Mas vai aumentar. É preciso. Não temos tempo para parar e estudar. Asseguro a você que é impossível deter a ocupação da Amazônia. Ainda que nós, empresários, ficássemos de braços cruzados, a população pobre continuaria agindo. Nosso papel é fazer com que a ocupação seja racional. (KELLY e LONDON, 1983, p. 38)⁴⁵

Na verdade, a sugestão de “falta de tempo para estudar” é apenas uma espécie de “racionalização” que substitui dois componentes que parecem fundamentais para as formas de apropriação das terras da região. O primeiro remete para os lucros possíveis de serem auferidos. O segundo encontra-se expressa nas palavras do “intelectual orgânico” da “marcha de Oregon”. De acordo com Paulo Yokota, ex-presidente do INCRA, “continuaremos cometendo enganos, mas há terra bastante e tempo suficiente, permitindo cometê-los” (KELLY e LONDON, 1983, p. 38). Sem que se entre em detalhes na análise da aparente discrepância na percepção de tempo, caso apreendida do ponto de vista empresarial ou governamental, o que interessa notar é que, desconsiderada a preocupação com a pesquisa e fórmulas adequadas de inserção, a “racionalidade” advogada, na verdade, não é outra coisa senão uma palavra vazia cujo emprego tira do foco uma razão instrumental que não vê como objetivo senão a apropriação da terra e que não hesita em transformar em meio o “deslocamento” de tribos indígenas. É algo cujo modelo copia o que já foi feito alguns séculos antes, mas cuja versão aprimorada começa com certeza durante os anos 60. De fato, a julgar ainda pelo exemplo registrado por Kelly e London, o que um empresário paulista fez, em 1961, foi limpar uma área de 40 mil hectares na mata virgem para instalar uma fazenda de criação de gado. Chegou a cavalo e, nos anos seguintes, abriu 600 quilômetros de estradas, deslocou duas tribos de índios, construiu uma pista para aviões e uma pequena vila, plantou grama em locais onde ela jamais crescera e transportou em caminhões milhares de cabeças de gado (KELLY e LONDON, 1983, p. 41).

Não poucos autores procuraram apresentar a política orientada pela ética. Aqui, em

⁴⁵ Lembremos, apenas para efeito de registro, que desde os anos 40, pelo menos, reclama-se “antes de tudo, uma tarefa prévia de exploração, desbravamento, análise e conhecimento, tão exato quanto possível dos recursos regionais disponíveis” (CAVALCANTI citado por NUNES, s/d, p. 10). Não obstante a ênfase nos “recursos exploráveis”, parece não restarem dúvidas quanto ao fato de que, da preocupação mais geral quanto à necessidade de estudos nasceu o Inpa.

nosso caso, a racionalidade se perde na ausência de uma ética do desenvolvimento. É o que fica uma vez mais claro, dessa vez em uma denúncia de Orlando Valverde. Nas palavras do geógrafo, no começo, ainda nos anos sessenta, eram homens que vinham, com seus machados, abrir as clareiras. Um hectare podia ser aberto por oito homens em seis dias. Depois vieram as serras elétricas e um homem passou a cortar um hectare em dois dias. Agora, uma grossa cadeia afiada é puxada por dois buldózers e desmata 40 hectares por dia (KELLY e LONDON, 1983, p. 47). São práticas não contraditórias com as imagens que constroem ideologicamente a região. Sobre isso, ainda na mesma década de setenta, provavelmente nenhum documento é mais vivo que o folder distribuído pelo Ministério das Minas e Energia e descrito por Kelly e London como “um convite à exploração”:

Até recentemente, a Amazônia foi considerada uma região pobre. Hoje ela oferece uma nova imagem e possibilidades que atraem, numa corrida competitiva, grupos empresariais e de representantes de grandes firmas de todo o país e do mundo. As coisas estão mudando rapidamente. A Amazônia não é mais a região legendária que aparece nos relatórios em geral superficiais e imprecisos de antigos exploradores, com as descrições fantásticas dos rios, da flora e da fauna. Os estudos e pesquisas realizados por toda a região demonstraram amplamente que esta é uma das poucas áreas do mundo ainda abertas à exploração econômica, com enormes recursos naturais, tais como minério de ferro, cassiterita (estanho) e bauxita (alumínio), manganês e outros minerais ferrosos e não-ferrosos. O verdadeiro potencial dos recursos naturais da região se tornou conhecido através de meticuloso mapeamento, utilizando o radar e pesquisas básicas. A melhoria dos meios de transporte e de comunicação pôs fim ao quase completo isolamento da área, encorajando a ocupação, tanto espontânea como planejada. (Citado por KELLY e LONDON, 1983, p. 55).

Na realidade, as coisas não saem exatamente da forma pintada e, em 1977, a situação é descrita de maneira que os traços de epopéia são substituídos por letras em estilo bastante trágico:

Quando deixar de chover, na Amazônia, a partir de junho ou julho, tudo recomeçará novamente: entre cem e cento e cinquenta mil nordestinos, sobretudo maranhenses, serão trazidos de seus pobres povoados do interior para derrubar grandes árvores e preparar pastagens numa floresta que desconhecem e lhes é hostil; milhares de famílias de lavradores começarão a chegar, estabelecendo-se sobretudo em Rondônia, Acre e sul do Pará, à procura de um pedaço de terra; outras, que já o obtiveram, serão ameaçadas de expulsão e, em vários casos, terão que procurar outra área; em pelo menos 4,4 milhões de hectares haverá 10.342 famílias de posseiros brigando com grandes proprietários de terra, enquanto diversos grupos econômicos tentarão regularizar a situação de 5,4 milhões de hectares que estão “grilados” em apenas seis áreas amazônicas; advogados serão recrutados para desfazer situações litigiosas ou resolver manobras irregulares; milhares de hectares de terras continuarão sendo vendidos e revendidos e os órgãos públicos procurados com insistência, tentarão acompanhar todos esses movimentos. (PINTO, 1980, p. 3)

Por outro lado, como já foi observado para um outro período, para um outro quadro, também assistimos aqui, na década de setenta, o fenômeno do despovoamento. Assim, “a instalação de grandes fazendas no interior da Amazônia está provocando um efeito contrário ao desejado pelo Governo”. Na verdade, “ao invés de atrair um maior número de pessoas, essas fazendas estão esvaziando certas áreas da região”. Entre seus feitos, está o de expulsar o ocupante tradicional sem que consiga fixar “a grande maioria dos trabalhadores que trazem para desmatar as áreas destinadas à pastagem” (PINTO, 1980, p. 45)⁴⁶.

⁴⁶ Circunstancialmente, os questionamentos sobre a importância estratégica dos projetos agropecuários para “a boa ocupação da Amazônia” foram feitos. Conforme as observações de Pinto, eles absorvem muitos recursos, criam poucos empregos, “ocupam terras que poderiam estar sendo utilizadas para a agricultura, derrubam árvores que deveriam estar sendo exploradas racionalmente e provocam a expulsão do ocupante tradicional,

Foi dito acima, que a tríade matricial sobre a qual falamos reverbera, em seu funcionamento e efeitos, nos mais diferentes segmentos sociais. Recém foi mencionado também o fato de a exploração dos recursos minerais estarem – ao lado da pecuária e do potencial hidrelétrico – entre aqueles cuja realização era fortemente estimulada pelo Estado. Sem embargo de tudo o que poderia ser dito sobre a quantidade de recursos daí retirados, e permanecendo no quadro daquilo que o Ministério das Minas e Energia considerava como ocupação espontânea, sem considerar o já suficientemente usado exemplo de Serra Pelada, o que parece ter sido regra geral, nesse âmbito é a instituição de lugares de mazelas. Assim, em Cumaru, no Pará, ainda no início dos anos oitenta,

cerca de 18 mil garimpeiros sujos e famintos, vivendo miseravelmente em uma selva hostil que somente lhes entregava seu ouro a um preço muito elevado: malária, disenteria, solidão e subnutrição. À medida que novas estradas facilitavam o acesso à selva, dezenas de milhares de brasileiros – na maioria lavradores pobres, mas incluindo também advogados e empresários vieram tentar fortuna... O achado de uma pepita faz com que, da noite para o dia, milhares de garimpeiros se concentrem em determinada área. Foi isso o que aconteceu quando se descobriu ouro em Cumaru, no dia 21 de novembro de 1980. Logo depois, os garimpeiros começaram a morrer nas disputas de terras, de mulheres e de álcool. [Ao lado de tudo isso], os garimpeiros invadiram as terras dos índios. [Apesar das preocupações do representante do Conselho de Segurança Nacional que dava plantão área,] os limites das reservas dos índios [permanecia] um constante problema... [Era o que exemplificava] como as idéias concebidas em Brasília estão longe da realidade da selva. Os limites das reservas existem no papel... Possesiros, fazendeiros, garimpeiros, lenhadores - todos ignoram as terras dos índios e continuarão ignorando-as, enquanto julgarem que assem terão lucros... (KELLY e LONDON, 1983, p. 150)

O destino de muitos seringueiros não escapou a situações muito diferentes.. No Acre, na segunda metade da década de setenta, eles constituíam pelo menos trinta mil famílias. Viviam quase sem contatos, “isolados em “colocações” situadas nos altos dos rios, no rumo das fronteiras”. Com a cumplicidade dos meios governamentais, no bojo de toda uma política de estímulos á grande propriedade agropecuária, “foram apanhados de surpresa pela mudança de donos e mesmo de mundos”. Não foram poucos os que, expulsos das terras que ocupavam, formaram novas correntes de migrantes (PINTO, 1980, p. 12).

A essa altura, a questão indígena já atinge dimensões inimagináveis ao tempo da colonização. Desde então, a imagem do “selvagem” já o havia destituído da condição de sujeito. Depois, a escravidão, as doenças dos brancos e os assassinatos. Não bastasse isso, como observou Robert Goodland, com a destruição recente da floresta, destrói-se, ao mesmo tempo um *habitat*. A população autóctone sabia sobreviver e explorar em um espaço que progressivamente deixou de existir (KELLY e LONDON, 1983, p. 31).

Na década de oitenta, a questão da defesa nacional não desapareceu do cenário e uma das preocupações que permanece como eixo de ação é a “estruturação do espaço acumulado”. O país está sendo caracterizado como “ainda em expansão territorial” e, no que diz respeito diretamente à análise aqui desenvolvida, a Amazônia continua a ser considerada um problema. Na verdade, um “problema de grandes proporções”. Nas palavras de Faissol,

urgia enfrentar a questão do aproveitamento de uma “região florestal” durante séculos dedicada a agricultura de subsistência e ao extrativismo vegetal, mas

além de serem responsáveis por um dos maiores contingentes de população flutuante do país (PINTO, 1980, p. 57). O que implica dizer, conseqüentemente, que a” intensa movimentação de compra e venda de terras, seguida da formação de muitas novas propriedades “não tem gerado um desenvolvimento do setor primário da economia” (PINTO, 1980, pp. 44-45).

que nos dias de hoje adquire uma nova dimensão no panorama nacional, pelo que ela encerra de possibilidades futuras, principalmente quanto a sua integração efetiva no espaço econômico brasileiro, através de uma exploração racional de suas potencialidades”. (FAISSOL, 1994, p. 96)

De fato, esse é um dos pontos consensuais em torno da região. Um consenso que continua fazendo jogar os elementos da tríade. Mais concretamente, é constatado que, embora o quadro atual revele uma maior ocupação do território, “ainda hoje (final dos anos 70, JRSF), a Amazônia se comporta, em sua maior parte, como uma área subeconômica, de enormes proporções” (FAISSOL, 1994, p. 87).⁴⁷

Nesse quadro, continuam colocadas a vitalização desenvolvimentista das faixas fronteiriças, a busca de integração territorial e o robustecimento da unidade nacional (MATTOS, 1979, p. 18). Sem desprezar outros objetivos, essas são algumas das preocupações predominantes quando, em 1981, surge o *Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil*, que alcança a zona de influência da rodovia Cuiabá-Porto Velho, o oeste e o noroeste do estado de Mato Grosso e Rondônia, região de grande fluxo de migração destinado ao setor agrícola (OLIVEIRA, 1983, p. 184).

Convém não esquecer, no entanto, que, no que se refere à segurança interna e, mais especificamente, no tocante à administração das terras, graças aos conflitos sociais em torno da terra, a grande novidade foi a criação, em 1980 do *Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins* – GETAT, que, até 1985, esteve ligado à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Desde de sua criação, o GETAT assumiu algumas das atribuições do Incra. Seus objetivos gerais foram definidos como coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária. Sua atuação compreendia o sudoeste do Pará, norte de Goiás e oeste do Maranhão, não ficando muito claro os limites precisos dessa área. Seu presidente seria um representante da *Secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional*.

Além de contar com um verdadeiro arsenal jurídico para proceder à regularização fundiária, o GETAT ainda podia, segundo técnicos do governo, mobilizar outros organismos federais na busca de solução para os problemas existentes. E isso, na medida em que possuía uma especificidade naquele então cada vez menos rara: sua vinculação à presidência da República através do *Conselho de Segurança Nacional*.

Na realidade, não era nova a atenção especial do poder central pela questão agrária na região. À parte das preocupações gerais provenientes da doutrina da segurança nacional, que permeavam as iniciativas do Estado, já atuava naquele espaço geográfico a *Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins* – CEAT. Segundo o decreto-lei que a tornou possível, tais coordenadorias seriam criadas apenas “nas áreas consideradas indispensáveis à segurança nacional”. Ainda que funcionassem na estrutura básica do INCRA, só poderia existir depois de ouvida a *Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional*⁴⁸.

Para melhor compreensão do significado exato da ingerência do Conselho de Segurança Nacional nos problemas agrários do norte do país, é imprescindível situar seu papel no aparato do Estado. Pela Constituição vigente à época, ele era o órgão de mais alto nível na assessoria direta ao presidente da República. Isso, nos casos de “formulação e execução da política de segurança nacional”. A partir do momento em que indicasse e contribuísse para estabelecer “as áreas indispensáveis à segurança nacional”, caberia a ele o “assentimento prévio” para a concessão de terras, abertura de vias de transporte, instalação de meios de comunicação e outras medidas semelhantes⁴⁹.

⁴⁷ Com o mesmo conteúdo, com formulação um tanto diferenciada, nos dirá ainda Faissol que “as áreas de menor densidade demográfica estendem-se pela zona mais interior” “principalmente” da “região Amazônica, onde a ocupação humana se fazia muito esparçadamente ao longo dos rios, mas que, atualmente, tem recebido uma grande leva de migrantes, para a qual tem contribuído grandes eixos rodoviários de caráter continental, como são os casos da Belém-Brasília e mais recentemente, da Transamazônica (FAISSOL, 1994, p. 87)

⁴⁸ Na verdade, criação acompanhada um similar: o Grupo Executivo do Baixo Amazonas – GEBAM.

⁴⁹ E isso significa, ao contrário do que pensava Almeida (1981, pp. 24-41), sem meias palavras, intervenção do

O motivo primeiro para a criação do GETAT foi, certamente, a crença na existência de perigo para a “segurança interna” a partir daqueles lugares. Isso significava, na linguagem do decreto-lei nº. 898, de 1969, “ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeitos no país”. Ou mais concretamente, conforme opinião de um oficial, citado por Ricardo Kotscho na Folha de São Paulo de 20 de agosto de 1981, a suposta constatação de que “esta é uma área super carente, um campo fértil para a subversão, porque a população sempre precisa de ajuda, venha de quem vier”.

Tomado o ano de 1985 como marco, ainda que essa matriz – cuja observância é vista a partir da ótica de alguns agentes que entrevistaram na região e, mais recentemente, principalmente, através do mais importante entre eles, o Estado – tenha sido ampliada e reconhecida em nível nacional, seu funcionamento, seus efeitos, não estão isentos de conflitos, de tensões, de esforços de ajustamentos e tentativas de retransmissão. De fato, as características das décadas que o antecederam é a variedade, a dispersão e o aumento dos aparelhos criados para “fazer-falar” a Amazônia. E, ainda assim, que seja enfatizado, o que se escuta, o que se registra, o que se transcreve e redistribui não foge à matriz denunciada.

É bem verdade que a pergunta que neutraliza a matriz foi formulada não poucas vezes, em não poucas variantes. Insistir no discurso da ocupação justificada pela afirmação de um vazio, de uma riqueza e de uma vulnerabilidade que não levam em conta as condições ecológicas específicas bem como as populações historicamente presentes, deixando de ouvi-los, de saber das suas sugestões, de auscultar seus ensinamentos, de prestar ouvidos ao som da sua dor não é, afinal o mais espetacular entre os contra-sensos? Muitos acreditaram que sim e deixaram de olhar a região com o olhar que a nomeia como vazia, rica e vulnerável.

Quem por aí caminhou não deixou de realizar esforços no sentido da criação de um novo quadro de referências sobre a Amazônia. Ainda que sem muito rigor, “mas em compensação com inegável sensatez”, cientistas que estudaram a Amazônia sugeriram, por exemplo, limitar “a área a ser ocupada pelo homem em dez por cento da superfície total”. Os noventa por cento restantes, onde existe quase como “reminiscência nostálgica” a maior e mais homogênea floresta tropical do globo, sua maior bacia hidrográfica e provavelmente sua última grande “fábrica” de oxigênio, “teriam que ser preservados do machado e da natureza predadora do desbravador”.

Por idealista que possa parecer, e isso não importa aqui, Há um futuro sendo defendido aqui. Ele recusaria, em nome da humanidade, em primeiro lugar, a transformação desse “patrimônio universal num cenário estéril e irremediavelmente acusador” (PINTO, 1980, p. 67). Depois, mas não sem importância, se coloca a criação de um novo imaginário sobre a região. Um imaginário que possibilita a instituição de um olhar para a Amazônia que não veja na ocupação, por exemplo, a desocupação.

É verdade que o movimento social realmente existente rejeitou essa consciência que era excedentária em relação àquela definitivamente envolvida no imaginário da região. Mas não parece tê-la eliminado. Aliás, se faz sentido o que já foi dito por Benjamin (1981), parece ser tarefa das atuais gerações resgatar das ruínas os projetos de vida das populações que fizeram da Amazônia seus sonhos de passado, presente e futuro. E se isso pode ser acrescentado a uma intenção de objetividade, para o período e o espaço delimitados neste trabalho, temos que voltar a atenção por um lado, para as ações do Estado que, ali, na Amazônia oriental, no *Programa Grande Carajás*, investiu alguns bilhões de dólares na conformação de um gigantesco projeto de exploração de recursos naturais. Por outro, a atenção estará dirigida para as ações de homens, mulheres e crianças que, frente ao que de ameaça significam aquelas ações, deflagram um significativo movimento

Executivo com a conseqüente neutralização – pelo menos, dependendo dos casos, relativa – do “poder local” (coisa, aliás, que, na época, ainda precisaria ser qualificada enquanto instância federal. De fato, “o funcionamento daquele órgão traz consigo um maior poder de decisão e controle do Estado sobre toda a área” (SANTOS FILHO, 1981, p. 38).

de resistência. Entre um e outro atores, muito concretamente, a construção de um lago artificial que abrigará uma barragem, a de Tucuruí.

Conclusão

“Poucos conceitos são tão equívocos como o de região”. É uma afirmação de Labasse (1971, p. 397) que expressa, pelo menos, uma polêmica de bom tamanho. Assim como o espaço, é objeto de disputa entre os especialistas de todos os tipos, principalmente entre os geógrafos. Em princípio, falar sobre ela é sempre atribuição de uma identidade cujos critérios de instituição são reivindicados como os mais objetivos possíveis. Não por acaso não faltam aqueles que chegam a formular como critérios de nomeação da Amazônia sua vegetação ou, mesmo, seu clima.

Que se persista, como exemplo, no caminho que o próprio Labasse arrisca. Ele é emblemático, já que, apesar de desprezado pelas citações mais recentes, expressa claramente o problema das definições das categorias das Ciências Sociais em geral e da Geografia em particular. Segundo ele,

a existência de regiões parte da característica primeira do espaço, diferenciado e não uniforme. São os compartimentos desse espaço onde, do fato da natureza e das transformações que lhe são investidas, os homens coabitam em solidariedade de economia e de costumes. (LABASSE, 1971, p. 398)

Trata-se de uma percepção que implica uma “coordenação de origem urbana ao mesmo tempo que uma relativa autonomia em relação aos agrupamentos territoriais vizinhos”. De fato, “a presença de um centro é uma condição necessária de sua existência, se não for sempre suficiente” (LABASSE, 1971, p. 491). Em outras palavras, em uma aproximação ao conceito de região, é indispensável considerar noções como espaço, diferenciação, solidariedade, natureza, transformação, economia, costumes, urbano, agrupamento territorial, autonomia (relativa), centro.

Pode ser que, à primeira vista, considerada a necessidade de definição de um único conceito, a quantidade de elementos a serem compreendidos é inflacionado. A favor, diga-se que o corpo de uma ciência implica uma verdadeira rede de expressões que funcionam como elos, cada um dos quais indispensáveis aos outros. Que seja lembrado, no entanto, que a realidade objeto da definição procurada aqui já é definida, de antemão, como região. Há uma espécie de *a priori* que orienta a relação com ela. Mais que isso, que determina a aproximação em direção a ela. De fato, dificilmente seria imaginável, hoje, a Amazônia fora de sua nomeação como região. Ocorre que, no reconhecimento do nome, termina o terreno do consenso. Em outras palavras, para responder ao porquê a Amazônia é uma região, um conceito de região torna-se imprescindível.

Um passo aceitável academicamente seria retornar às diferentes caracterizações inventariáveis na bibliografia e proceder à aplicação do conceito que melhor conviesse à realidade. Por opção metodológica, neste trabalho, optou-se por verificar algumas das determinações que apareciam como caracterizando a Amazônia. Elas são fundamentais para a compreensão da especificidade dos acontecimentos que lhe são próprios. Para isso, foram averiguadas as representações elaboradas em torno dessa realidade concreta conhecida como região amazônica. E, sobre ela, foi inventariado, em um primeiro momento, a existência de imagens aparentemente contraditórias.

Considerados estritamente no plano de uma teoria do conhecimento, são imagens pré-selecionadas e pré-enformadas. São usadas, “não tanto por acaso”, por pessoas que estão, “consciente ou inconscientemente”, tomadas por uma “visão particular”. Pessoas comuns e correntes, certamente, mas também estão aí analistas, planejadores e administradores dos mais diferentes feitos e procedências. De fato, “a mão morta” de gerações que desapareceram, “determinou, sem possibilidade de apelação o padrão do passado” (CARR, 1978, p. 16). Em outras palavras, a história acessível, “embora baseada

em fatos, não é, para dizer a verdade, absolutamente fatural, mas uma série de julgamentos aceitos”⁵⁰.

Problema para o investigador, certamente. Afinal, segundo essa linha de argumentação, “os fatos falam apenas quando o historiador os aborda”. São eles quem decidem (não de forma totalmente arbitrária, certamente, já que a intencionalidade está marcada pela cientificidade) “quais fatos vêm à cena”, “em que ordem ou contexto”, bem como o que devem dizer. Além disso, como já foi sugerido, “nunca chegam “puros”, “não existem nem podem existir numa forma pura: eles são sempre refratados através da mente do registrador” (CARR, 1978, p. 23). “Julgamentos aceitos”, tornam-se objetos de um olhar que os interpreta, que os valora. Afinal, “nós podemos visualizar o passado e atingir nossa compreensão do passado somente através dos olhos do presente” (CARR, 1978, p. 23). O que parece ser, aliás, um jogo de circularidades, já que, o presente, por sua vez, dificilmente pode ser destacado do passado. Não bastasse isso, a intenção de cientificidade necessariamente obriga “usar a imaginação para compreender”. O vínculo com o objeto precisa ser, portanto, duplamente qualificado na direção da objetividade. Afinal, não há imaginação sem um material, sem um conteúdo cujas origens são, no imediato, de fontes nem sempre identificáveis.

“Imagens pré-selecionadas”, “mão morta”, “padrão do passado”, “jogos da imaginação”: não há como fugir a essas determinações no momento da “classificação”. O que dá no mesmo se mencionamos “interpretação”. São meios sem os quais perderiam significado até mesmo as esferas da vida cotidiana⁵¹. A vida do dia-a-dia só pode ser entendida como “uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles” (BERGER e LUCKMANN, 1978, p. 35).

Metodologicamente, convém aceitar, portanto, que o nome sinaliza uma identidade, uma identidade que não se separa de imagens, imagens que, herdadas de gerações passadas, funcionam como registros a partir dos quais se classifica, se interpreta e se valora; registros que fazem par à imaginação e aos sentidos. Isso aceito, ocorre a necessidade de impor como tarefa trabalhar na identificação de elementos cujas presenças parecem fazer parte das próprias formas de percepção da região. No caso, mais particularmente, interessou localizar a matriz cuja singularidade é ser referência mediante a qual são pautados o conhecimento e o comportamento dos quais a Amazônia é objeto. O imprescindível para sugerir que essa matriz se constitui no núcleo de um imaginário sobre a região. Além disso, em um outro nível, seus componentes tornam-se traços de ideologias que emprestam legitimidade a envoltórios em torno da Amazônia⁵².

O núcleo matricial funciona como um código – nem sempre verbalizado, nem sempre às claras, mas sempre presente – que possibilita tanto a classificação como a interpretação. Por tudo isso, no entanto, funciona também como referência de orientação para o olhar que olha a região e dirige a ação. Compreendê-la dessa forma implica reconhecer que a tríade *vazia/rica/vulnerável* é constitutiva de um universo de discurso. De fato, esse núcleo matricial pode ser apontado como constitutivo dos discursos que estabelecem poderes

⁵⁰ A citação é de G. Barraclough. Nós a encontramos em Carr, 1978, p. 17.

⁵¹ Ademais, consideradas através das discussões em torno dos papéis dos sentidos, tanto a “classificação” como a “interpretação” já possuem um desempenho nas formas mesmo de percepção. Assim, “mesmo a percepção dos sentidos é governada pelos mecanismos que tornam nosso conhecimento do mundo exterior altamente inferencial. Não recebemos impressões elementares. Nossas impressões dos sentidos são, elas próprias, construídas pelo sistema nervoso, de tal modo que trazem consigo, automaticamente, uma interpretação do que vêem ou ouvem ou sentem” (BRONOWSKI, 1978, p. 29). Ainda que com enfoques eventualmente diferenciados, a aceitação dessa tese é cada vez mais extensa e coloca problemas que o empirismo dos séculos XVII e XVIII não estava em condições sequer de imaginar. Para uma leitura que estimule uma abordagem epistemológica, além do já mencionado Bronowski, ver Popper e Eccles, 1991 e 1992. Para uma apreciação a partir do enfoque do sujeito, ver Santos Filho, 1993.

⁵² As relações entre imaginário e ideologia, na forma como são tratadas aqui não é de aceitação consensual. Ver, por exemplo, Chauí, M. (1988, em especial p. 21). Aqui, elas serão trabalhadas na imbricação entre a justificação e a legitimação. É, para todos os efeitos, uma representação de uma situação social proposta como adequada, ainda que, freqüentemente refira-se a uma condição que é flagrantemente problemática. Busca, de fato, menos uma descrição do mundo que “o reforço da coesão de um grupo”. Dessa forma tem como função motivar as pessoas e legitimar certas práticas” (FOUREZ, 1995, p. 179).

sobre a região⁵³. Entre seus efeitos, são instituídas condições para o surgimento e a sedimentação de significados que não reconhecem a ocupação feita pelo índio, em um primeiro momento, ou pelo posseiro, mais tarde. Da mesma forma, em parte bastante considerável das análises existentes, sugere-se que, de fato, a região foi criada pelo Estado⁵⁴. O que obriga admitir que, nesse quadro, a condição e eficácia dessa tríade matricial é funcionar também como uma das engrenagens fundamentais de uma abordagem ideológica sobre a região⁵⁵.

Ao funcionar como código, o núcleo matricial inscreve-se entre os mecanismos do conhecimento como um pressuposto. Na vida do dia-a-dia, nas esferas da realidade da vida cotidiana, as coisas tidas como pressupostos são afirmadas sem questionamentos. São tidas como dadas. (A) parecem (como) naturais aos agentes sociais. No caso específico, ao conceber a Amazônia como um objeto vivenciado por olhares, torna-se admissível relacioná-la através dos mais variados jogos de identificação, com certeza, com o que é compreendido sob o nome *região geográfica*. É uma relação que leva a objetos com definições minimamente similares a isso que se conhece como Amazônia. Não obstante, usando despididamente a Schutz, é mister reconhecer que cada uma das regiões em que o Brasil pode ser dividido – cada um destes tipos “têm seu modo típico de ser vivenciado, e o próprio modo típico é um elemento de nosso estoque de conhecimento à mão” (SCHUTZ, 1979, p. 117).

Assim, ao usar um nome específico, reconhece-se uma tipicidade também específica. Afirmar a singularidade da Amazônia, portanto, sugere, certamente, reconhecê-la a partir do que é típico⁵⁶. Tipificá-la, por sua vez, tornou-se expressá-la através de uma matriz que a identifica e, conseqüentemente, a diferencia. Em outras palavras, tipificá-la significa percebê-la, implícita ou explicitamente, como rica, vazia, vulnerável.

Parodiando DUBY – isso fica claro em toda a história da instituição da Amazônia e mais claro ainda em situações de conflitos particularizadas -, tem-se à disposição do poder uma referência que possibilita “uma imagem simples, ideal, abstrata”, que faz da ideologia “um projeto de agir sobre o vivido”. É certo que, frente à necessidade de eficácia da ação, “é preciso que não seja demasiado grande a disparidade entre a representação imaginária e as “realidades” da vida” (DUBY, 1982, p. 21). Essa tríade, através de seus conteúdos, pretende um espelhamento da realidade. E, no entanto, espelhar não significa aqui uma imagem simplesmente invertida. É, concomitantemente, ocultamento. É ocultamento imbricado na classificação, na interpretação e, certamente, na orientação que a própria tríade oferece à ação sobre a região.

Retomando o fio condutor dos comentários, no entanto, o que torna atraente e problemática tal conclusão, é a adoção de categorias da Geografia que não funcionam de forma totalmente qualificada na situação estudada. Em outras palavras, como já foi assinalado, no próprio processo de formação das categorias analíticas é possível identificar um mecanismo que enviesa o conhecimento.

⁵³ Essa matriz de classificação, de interpretação e de orientação parece ser partilhada por seguimentos sociais substantivamente diferenciados.

⁵⁴ É uma percepção que, sabemos, carrega uma elevada dose de ingenuidade. Como nos informa Velho, “apesar do peso crescente das iniciativas do Estado no processo de desenvolvimento, o fato é que elas só se tornam em geral viáveis quando carregadas do senso de aproveitamento de determinados movimentos sociais” (VELHO, 1981, p. 93).

⁵⁵ Sugerindo a obra de Mario Travassos, *Projeção continental do Brasil*, considerado por alguns como o “primeiro ensaio geo-político do Brasil”, Pandiá Calógeras, homem de governo, diz ser “luminosamente claro o papel pacificador, com poder de coordenar e de suavizar conflitos que pode caber ao Brasil” (TRAVASSOS, 1935, p. 7). Um papel, diga-se de passagem, em que a afirmação da região é pressuposta. Consideradas nossas preocupações, grosso modo, chamaremos uma proposição de ideológica “se ela veicula uma representação do mundo que tem por resultado motivar as pessoas, legitimar certas práticas e mascarar uma parte dos pontos de vista e critérios utilizados. Dito de outro modo, quando tiver como efeito mais o reforço da coesão de um grupo do que uma descrição do mundo”. Estamos, portanto, realizando uma crítica da ideologia na medida em que colocamos em “evidência os pontos de vista, as origens e os critérios subjacentes aos discursos ideológicos” (FOUREZ, 1995, pp. 179-180).

⁵⁶ E isso é recorrente na bibliografia. Tenhamos em mente as preocupações de Andrade, tal como as citamos nos primeiros parágrafos deste artigo.

Foi dito, seguindo DUBY, que não pode ser grande a disparidade entre a representação imaginária e as “realidades” da vida. Afinal, a representação imaginária não pode estar dissociada de uma interpretação, de uma classificação, de uma percepção. Ao falar em povoamento, o geógrafo não mente, certamente. Ao descrever o que vê, pretende um espelhamento da realidade. Um espelhamento que, conforme vimos, obedece a uma matriz e realiza um ocultamento. Ao manipular as categorias a partir das quais procede a uma aproximação em relação à tríade matricial, a inadequação é, repita-se, mais precisamente, um ocultamento. O que parecia ser, a princípio, um mecanismo a partir do qual uma região é identificada por um nome, tornou-se um componente de um discurso de viés ideológico. E, sempre que isso ocorre, a questão a enfrentar parece ser sua transformação em verdade, sua pretensão de verdade. Mais que isso, em verdade naturalizada e, certamente, instrumentalizada.

A partir daí, se o que se percebe, se pensa e se diz é marcado por uma representação enviesada da realidade, tornam-se problemáticas também as atitudes que cristalizam a forma pela qual se compreende e se aceita a região. E o que torna esse mecanismo mais perverso é seu efeito cumulativo. É quando as idéias de “imagens pré-selecionadas”, “mão morta”, “padrão do passado” assumem toda sua concretude⁵⁷. Uma concretude que, através de gerações, torna-se perceptível como senso comum. É algo que se transforma em traço discursivo decisivo sobre a Amazônia. É algo instituído como saber-poder-fazer⁵⁸. É algo que provoca um certo tipo de assujeitamento. No correr dos anos, multiplicam-se os discursos sobre a região. É verdade que seus pólos geradores podem deslocar-se de acordo com conjunturas, necessidades e vontades. Mas a matriz está ali, presente. Ademais, não parecem restar dúvidas sobre a criação de um domínio discursivo que impede a manipulação de certas vozes e, não raras vezes, as afirma como inexistentes ou silencia sobre elas⁵⁹.

O que parece ser de importância é reafirmar que as interdições, o desconhecimento e o silêncio frente a segmentos que desaparecem no uso da tríade matricial – os índios em um certo momento, os posseiros em outro, por exemplo – aparecem como funcionamentos e efeitos específicos de um saber criado em torno da Amazônia. Nas formas de atuação da malha de instituições que tomam parte da criação e recriação daquela matriz pode ser localizado, com risco de repetição, um “poder-saber-fazer”. Isso considerado, o que é perceptível historicamente, é a ampliação do domínio do que se pode, se sabe e se faz sobre a Amazônia. Da mesma forma, cresceu e se aperfeiçoou a malha de instituições em condições de “poder-saber-fazer”. É provável que, a partir dos anos 50, mas com certeza a partir dos anos 60, tenha acontecido uma espécie de estímulo ao “poder-saber-fazer” sobre a Amazônia. Um estímulo que, com ênfase, não afasta ou anula aquela tríade matricial, mas que se aproveita dela em “novas” percepções que funcionam e são efeitos⁶⁰.

Gerência da região, regulamentação em nível de detalhes, sua inserção definitiva em

⁵⁷ Já observamos isso. Mas as imagens que povoam as credences em torno da floresta persistirão através dos tempos. Assim, em texto escrito na década de setenta, onde são fixadas as impressões sobre uma faixa da floresta situada a poucos minutos da capital do Estado do Pará, escreve Mesquita, não conseguindo fugir ao patético: “A mata tropical, amazônica, nos envolve. Enfim! Nada tem de brutal ou de hostil, de emaranhada, selvagem ou agressiva, de aberrante ou aterrador. Seria antes um parque de sonho”. Segue, como que inconformado com uma beleza que existe sem a cumplicidade do homem: “Mais baixo, folhagens estranhas de largas folhas.. como se, faltando um toque de cor para animar a monotonia dos verdes, tivessem sido plantados por algum jardineiro-paisagista (que não o Burle Marx, evidentemente (sic) dando vida, assim, ao jardim criado e ordenado ‘pela própria natureza’” (MESQUITA, 1974, p. 95).

⁵⁸ Apesar da falta de fidedignidade teórica, a expressão é de Foucault. Também são dele alguns elementos do quadro analítico que aqui instrumentalizamos. Ver Foucault, 1978, 1975 e, principalmente, 1985.

⁵⁹ É provável que a criação do GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins, e a clara sedimentação de uma postura ideológica firmada sobre aquela matriz, seja o exemplo mais “acabado” de manifestação disso a que nós estamos nos referindo. Ver Santos Filho.

⁶⁰ Essa tríade matricial, ao mesmo tempo em que informa a leitura das circunstâncias, parece travestir-se com suas marcas. E se Schutz está certo ao dizer que o mundo fático de nossa experiência só pode ser vivenciado, desde o início, como típico, aceitando o risco da redundância, é inevitável que a percepção recorrente sobre a Amazônia se fortaleça a cada experiência que se volte a ela.

um padrão chamado “nacional”. Um padrão em que aquela tríade matricial é reproduzida e fortalecida. De tal forma que a região sobreleva-se, onde o poder público transforma-se em catalisador e reproduzidor em nível macro (e micro). Em definitivo, estabelece-se uma imagem com traços estáveis e permanentes sobre a Amazônia. Uma imagem em que a região é tomada ao mesmo tempo como anedota, objeto de análise e alvo de intervenção. Uma imagem que os movimentos sociais, nadando na contramão, tratam de desfazer, inaugurando registros que não são, em seus movimentos instituintes, senão tipicamente hereges.

Bibliografia consultada

AGASSIZ, L.; CARY, E. Viagem no Brasil (1865-1866). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

ALMEIDA, A. W. Estrutura fundiária e expansão camponesa. In: ALMEIDA JUNIOR, J. M. (org.). Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANDERSON, A. B. Smokestacks in the rain forest: industrial development and deforestation in the Amazon basin. Belém: Museu Goeldi, 1989.

ANDRADE, E. W.; ANDRADE, L. Obras do destino: o ambientalismo oficial. Tempo e Presença. Rio de Janeiro, 1988. n.º. 330.

ANDRADE, M. C. Paisagens e problemas do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANDRADE, M. C. A política de produção de energia. In: _____. Tradição e Mudança. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BECKER, B.K. Geopolítica da Amazônia. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985. v. 1.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1989.

BRONOWSKI, J. As origens do conhecimento e da imaginação. Brasília: Ed. UnB, 1985.

CARDOSO, R. C. L. Movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 3, pp. 27-37, 1987.

CARDOSO, F. H., MÜLLER, G. Amazônia: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARR, E. H. O que é história. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978;

CASTORIADIS, C. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, C. A descoberta da imaginação, as encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense, 1988.

COMBLIN, J. A. A ideologia da segurança nacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CRULS, G. Hiléia Amazônica: aspectos da flora, fauna, arqueologia e etnografia indígenas. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

D'ARAÚJO, M. C. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a

experiência dos anos 50. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 7. nº.19, pp.40-55, jun. 1992.

DAVIDOFF, C. Bandeirantismo: verso e reverso. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS, G.L.S.; CASTRO, M.C. A colonização oficial no Brasil: erros e acertos na fronteira agrícola. São Paulo: IPE/USP, 1986.

DUBY, G. As três ordens ou o imaginário do feudalismo. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

FAISSOL, S. O Espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

FAORO, R. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. v. I e II. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FLORENSE, H. Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: de 1825 a 1829. Tradução Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix, 1977.

FOUCAULT, Michael. Surveiller et punir: naissance de la prison. Paris: Gallimard, 1975.

FOUCAULT, Michael. História da loucura. São Paulo: Perspectivas, 1978.

FOUCAULT, Michael. Sobre a geografia. In: _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979. pp. 153-166.

FOUCAULT, Michael. História da sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Editora, 1985.

FOUREZ, G. A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: EDUNESP, 1995.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HALL, A. Amazônia, desenvolvimento para quem? desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984.

IANNI, Octávio. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

KELLY, B.; LONDON, M. Amazônia: um grito de alerta. Rio de Janeiro: Record, [s. d.].

LABASSE, J. L'organisation de l'espace. Paris: Hermann, 1971.

LIMA, L. C. O controle da imaginação: razão e imaginação no ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARTINS, E. Amazônia, a última fronteira. Rio de Janeiro: Codeni, 1981.

MATTOS, M. O pensamento estratégico brasileiro: projeções das influências de nossa continentalidade. Defesa nacional, Rio de Janeiro, v. 66, nº. 686, pp. 5-18, 1979.

MEIRELLES FILHO, J. Amazônia: o que fazer por ela. São Paulo: CEN, 1986.

MENDES, A. A invenção da Amazônia. Belém: UFPA, 1974.

MESQUITA, A. Brasil: viagem ao norte e nordeste. São Paulo: Martins, 1974.

- MESQUITA, Z. Os espaços do espaço brasileiro em fins do século XX. São Paulo: Terra Livre, AGB, 1988. pp. 9-38.
- MORAES, R. Meu dicionário de cousas da Amazônia. Rio de Janeiro: [s. d.], 1931.
- MORAES, R. Na planície amazônica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- MORAIS, F.; GONTIJO, R.; CAMPOS, R. O. Transamazônica. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- MOREL, E. Amazônia saqueada. São Paulo: Global, 1984.
- NUNES, O. Introdução ao estudo da Amazônia Brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, [s. d.]. v. CXLV.,
- OLIVEIRA, E. de A. Ocupação Humana. In: _____. Amazônia: desenvolvimento, integração, ecologia. São Paulo, FFLCH, 1980. (mimeogr.).
- OLIVEIRA, A. U. O modo capitalista de pensar e suas “soluções desenvolvimentistas” para os desequilíbrios regionais no Brasil: reflexões iniciais. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, n.3, pp. 21-36, 1984.
- OLIVEIRA, A. U. Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética. In: SANTOS, M. (Org.). Novos rumos da geografia brasileira. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- OLIVEIRA, A. U. Integrar para (não) entregar. 2ª. ed. Campinas: Papyrus, 1991.
- OLIVEIRA, A. U. A geografia das lutas no campo. São Paulo: Edusp, 1997.
- OZIREZ, L. A luta pela Amazônia. São Paulo. Fulgor, 1962.
- PINHEIRO, A. À margem do Amazonas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- PINTO, L. F. Amazônia: no rastro do saque. São Paulo: Hucitec, 1980.
- POPPER, K.R.; ECCLES, J. C. O eu e seu cérebro. Brasília: UnB, 1991.
- POPPER, K.R.; ECCLES, J. C. O cérebro e o pensamento. Brasília: UnB, 1992.
- RANGEL, A. Inferno verde. Tours: Typographia Arrault, 1927.
- SADER, R. T. Espaço e luta no Bico do Papagaio. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.
- SADER, R. T. Lutas e imaginário camponês. Tempo Social: Revista de Sociologia. São Paulo, v. 2, n. 1, pp. 115-25, 1990.
- SANTOS FILHO, J. R. Getat: malabarismo jurídico e prática repressiva. Reforma Agrária, v.11, n. 4, pp.37-41, jul./ago., 1981.
- SANTOS FILHO, J. R.; SILVA, P. F. Eletronorte: poder e impunidade. Reforma Agrária, Campinas, v.14, n. 4, jul./ago. 1984 a.
- SANTOS FILHO, J. R., Terra por Terra na Amazônia paraense, Reforma Agrária, Campinas, vol. 14, n. 5/6, set./dez., 1984 b.
- SANTOS FILHO, J. R. Condição e resistência camponesa: práticas de construção e demolição da heteronomia da vontade do trabalhador rural. Perspectivas, São Paulo, v. 11, pp. 65-82, 1988.
- SANTOS FILHO, J. R. Amazônia: processos de valoração e registros simbólicos. Perspectivas, São Paulo, v. 15, pp. 59-68, 1992.

- SANTOS FILHO, J. R.. A “Teoria dos três mundos” e uma aproximação ao sujeito em Popper. In: _____. (org.). Indivíduo, classe e ciência. Araraquara: Facile, 1993.
- SCHUTZ, A. Fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SOARES, L. C. Amazônia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia. [s. i.]: [s. d.], 1963.
- SOUZA, L. M. O diabo e a terra de Santa Cruz. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- SPIX, M. Viagem pelo Brasil, 1817-1820. São Paulo: [s. n.], 1976. v. 3.
- TAMER, A. Transamazônica: solução para 2001. Rio de Janeiro: APEC, 1970.
- TOCANTINS, L. Amazônia: natureza, homem e tempo. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.
- TRAVASSOS, M. Projeção continental do Brasil. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1935.
- VAINER, C. Grandes projetos e organização territorial: os avatares do planejamento regional. In: MARGULIS, S. (ed.). Meio Ambiente: aspectos técnicos e econômicos. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília: PNUD, 1990.
- VALVERDE, O.; DIAS, C. V. A rodovia Belém-Brasília. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia, 1967.
- VALVERDE, O. Estudos de geografia agrária brasileira. Petrópolis: Vozes, 1985.
- VÉDRINE, H. Les grandes conceptions de l’imaginaire: de Platon a Sartre et Lacan. Paris: Librairie Générale Française, 1990.
- VELHO, O. G., Frentes de expansão e estrutura agrária. Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Recebido em: setembro de 2006
Aprovado em: novembro de 2006